

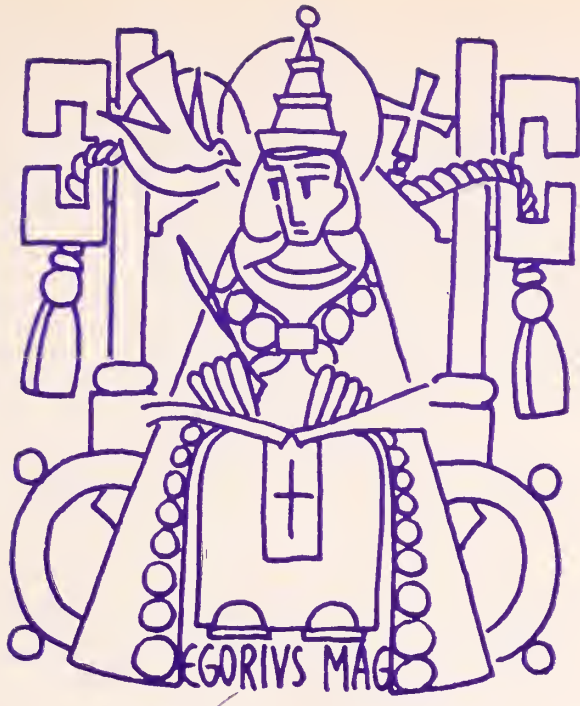
PER BX1970.A1 L513

Revista gregoriana.



Digitized by the Internet Archive
in 2016

24P



Revista
GREGORIANA

MARÇO 20 ABRIL
1 9 5 7 ANO IV

INSTITUTO PIO X
DO RIO DE JANEIRO

INFORMAÇÕES
sôbre a
REVISTA GREGORIANA do INSTITUTO PIO X
do RIO DE JANEIRO

(Reg. n.º 864)

(Edição portuguesa da Revue Grégorienne de Solesmes

Diretores: D. J. Gajard e A. Le Guennant)

DIREÇÃO :

IRMÃS DOMINICANAS

COLABORADORES :

Os Monges de Solesmes — França.

Os Monges do Mosteiro S. Bento do R. de Janeiro.

Os Padres Dominicanos.

Auguste Le Guennant — Diretor do Instituto Gregoriano de Paris.

Revmo. Pe. Jean Bihan — Vice-Diretor do Instituto Gregoriano de Paris.

Henri Potiron — Professor do Instituto Gregoriano de Paris.

Revmo. Pe. José M. de A. Penalva, C. M. F.

Dr. Andrade Muricy — da Academia Brasileira de Música.

Dr. Amoroso Lima — da Academia Brasileira de Letras.

Revmo. Irmão Ático Rubini — Marista.

Irmãs Dominicanas

- ★ — Tudo que se refere à **REDAÇÃO** ou à **ADMINISTRAÇÃO** (assinaturas, mudanças de enderêço, reclamações etc....) deve ser endereçado à Diretoria do **INSTITUTO PIO X DO RIO DE JANEIRO**, Rua Real Grandeza, 108 — Centro Social Feminino — Botafogo, **RIO DE JANEIRO**.
- ★ — **ASSINATURA ANUAL** (Janeiro a Janeiro). — Por enquanto, tiragem bimestral. — Para o Brasil: Cr\$ 70,00. — Para o Estrangeiro: Cr\$ 80,00. — Número avulso: Cr\$ 15,00. — Número atrasado: Cr\$ 20,00. — Mudança de enderêço: Cr\$ 2,00.
Depósito: **INSTITUTO PIO X**, Livraria "Lumen Christi", Livraria "Vozes Ltda" e Confederação Católica Arquidiocesana do Rio de Janeiro.
- ★ — A **REVISTA GREGORIANA** é enviada, por direito, aos Sócios do **INSTITUTO PIO X DO RIO DE JANEIRO**.
- ★ — Roga-se que tôda a correspondência com o **INSTITUTO PIO X**, seja sempre acompanhada de "um sêlo para a resposta".
- ★ — Os pagamentos são feitos por Vale Postal ou cheque, em nome da Diretora do **INSTITUTO PIO X** — Rua Real Grandeza, 108 — Botafogo — Rio de Janeiro.
- ★ — Inscrevam-se como Sócios do **INSTITUTO PIO X DO RIO DE JANEIRO**; serão sempre avisados sôbre tôdas as suas atividades (aulas de liturgia, conferências, Missas Cantadas, etc.) e do movimento gregoriano em geral; darão um grande auxilio à irradiação da Obra Gregoriana no Brasil. Esperamos de sua caridade a inscrição como:

Sócio Titular — CR\$ 120,00 por ano;
Sócio Protetor — CR\$ 200,00 por ano;
Sócio Fundador — CR\$ 500,00 por ano;
Sócio Benfeitor — CR\$ 1.000,00 por ano... ou mais



DEO NOSTRO SIT JUCUNDA DECORAQUE LAUDATIO.

Sl. 146, 1

SÃO BENTO

TEMA do próximo número: *EUCARISTIA*

SUMÁRIO

Presença de São Bento — por D. Timóteo Amoroso Anastácio, O.S.B.	3
D. Mocquereau, monge de Solesmes — por Auguste Le Guënnant, Diretor do Instituto Gregoriano de Paris	7
“Pax”, Um ideal de vida — por D. Estevão Bettencourt, O.S.B.	16
O “Opus Dei” cantado — por D. João Evangelista Enout, O.S.B.	24
Hino de São Bento — por Paul Claudel (trad. de D. Marcos Barbosa. O.S.B.	32
Congresso Internacional de Pastoral Litúrgica — por D. Jean Claire, M.B.	34
Esclarecimentos Pedidos	45
Vida do “Instituto Pio X”	51
Movimento litúrgico — de “Ora et labora” — dos Monges de Singeverga, Portugal	52

Direitos de propriedade reservados para todos os desenhos.

COM APROVAÇÃO ECLESIASTICA

P
R
E
S
E
N
Ç
A

de SÃO BENTO

Tendo vivido há tantos séculos, qual é o segredo da presença de S. Bento? Antes dêle, como depois, homens de imponente grandeza na expressão do pensamento e da virtude romana — um Cassiodoro, um S. Gregório mesmo — ficaram ofuscados pela sua tradição. Seria esta ligada indissolúvelmente a um gênero de civilização — aquêle em que a mesma se desenvolveu, mediterrâneo, ocidental — e, assim, a persistência não será mais do que uma presença morta, um depósito esclerosado, em vias de liquidar-se com a passagem da civilização ocidental a novas formas de expressão?

Pois, ainda agora, quando a obra de S. Bento podia parecer definitivamente relegada à inércia, circunscrita a um ambiente histórico e geográfico limitado ainda que fecundo, eis que nos chega um imprevisito sinal da sua presença vivaz e cheio de promessas. Refiro-me ao que nos faz saber um livro recentíssimo — **Ermîtes du Saccidânanda** — perturbadora mensagem que nos vem da Índia, onde dois missionários europeus vivem num canto perdido do país uma existência inteiramente **indiana** encarnando em suas pessoas o primeiro ensaio de uma verdadeira "integração cristã" da **tradição monástica** da Índia! Partindo do princípio, sobre o qual nos acostumáramos a cochilar, de que o Cristianismo não é a Religião de cetro tipo exclusivo de civilização, êsses missionários de nova visão (que é a antiga, a paulina do "ser tudo a todos") começam a repensar e a viver em hindu as verdades fundamentais da fé cristã mais autêntica, ao mesmo tempo que se esforçam por rever à cristã o conteúdo milenar das tradições religiosas da Índia. Não podem êles, pois, ser tidos como as primícias duma Igreja da Índia, não "importada"? E sabem qual foi a regra de base para essa experiência monástica, já que êles vêm no monaquismo e na contemplação o principal característico da vocação da Índia? A Regra de S. Bento. Não é aqui o lugar para comentar à larga uma aventura, de que só quero reter êste fato fundamental: é na Regra de S. Bento que o Pe. Manchanin, com uma intuição livre de todo compromisso (o que se poderia, se quizerem, negar no seu companheiro Dom Le-Saux, que é beneditino), viu o instrumento daquêle "enxêrto" cristão praticado no tronco selvagem do hinduismo milenar,

D. TIMÓTEO AMOROSO ANASTÁCIO, O. S. B.

O segrêdo, pois, da perenidade de S. Bento, é a Sabedoria sobrenatural que se exprime na sua **Regula Monasteriorum**. E' esta que nos revela o segrêdo dêsse eclipse que deixou na sombra de S. Bento tantos nomes que antes e depois dêle foram grandes dentro da área da sua cultura. Deve-se, porém, assinalar que o valor perene não deve ser procurado, em última análise, na Regra como tal, mas, sim, na **vida** que ela condiciona e transmite como o precioso e imortal legado de S. Bento.

Ora, o que é que o Patriarca formou com a sua Regra? Um cenóbio, uma família, lugar de transmissão da vida, mas não qualquer família, uma família litúrgica e sacral, que é a expressão da vida misteriosa ali subjacente. Por isto mesmo, nenhum outro elemento é tão vitalmente importante na Regra, como a liturgia — o que não significa que os monges sejam "propter chorum fundati", mas sim, que é na sacralidade, que se exprime com pureza a vida dos monges. O mosteiro de S. Bento é um "tabernáculo de Deus", uma "escola de serviço do Senhor", presença perseverante no seu "santo monte", onde "nada deve ser preferido ao **Opus Dei**", que é a liturgia formal. Se, como diz o Padre do Deserto referido por Cassiano, o escôpo da vida monástica é "a pureza de coração" (bem-aventurança da contemplação!), é que a pureza induzida pela Regra nos exercícios da vida monástica, é um fruto dessa sacralidade, e, ao mesmo tempo, uma consagração que atinge o monge no fundo do seu sér para torná-lo transparente a realizar com espontaneidade o mesmo exercício.

Não é sem uma intenção de caracterizar precisamente o traço religioso da vida beneditina, que o ofício da festa de 21 de março aplica a S. Bento as palavras do Eclesiástico: "Laudemus viros gloriosos et parentes nostros... In peritia sua requirentes modos musicos et narrantes carmina scripturarum... pulchritudinis studium habentes" (Lições do II.º Not.): "Louvemos os varões cheios de glória, que são os nossos Pais... Em sua habilidade êles procuraram a expressão da música e anunciaram os poemas das Escrituras... cheios de gôsto pela beleza".

A vida beneditina exprime-se conaturalmente na forma lírica do canto, onde ela atinge por um instante aquela beleza eterna, procurada com amor... Não é em vão que o antigo hino medieval insiste nesse pendor espontâneo da nossa expressão eclesiástica, e atribui a S. Bento um magistério histórico que não se limita a uma transmissão mecânica da ciência das coisas divinas e humanas, mas se revela nessa modalidade artística que a oração instintivamente procura revestir em nossa tradição:

Per te

**Barbari discut resonare Christum
corde romano...**

Por ti, aprendem os Bárbaros a cantar o Cristo, de coração romano (1).

O antigo exprimia essa orientação geral e total do homem para Deus, pela palavra **pietas**, em grêgo **eusébeia**, sendo êste último um termo helenístico, raro na Bíblia, mas que S. Paulo tomou do mundo contemporâneo para enriquecê-lo da noção de piedade do Antigo Testamento. (Cf. Spicq, O. P., Epitres Past., ad I Tim.).

Ora, já no rito monacal da consagração e da profissão religiosa, S. Bento deixou manifesto êsse dom de si em que se traduz a total pertencença ao serviço do Senhor. E até hoje, de acôrdo com a tradição cassinense, nós o realizamos com os braços em cruz e em três prostrações sucessivas enquanto cantamos as palavras tiradas por S. Bento ao Salmo 118: "Suscipe me, Domine, secundum eloquium tuum et vivam; et non confundas me ab ex-

(1) Voltando à experiência de Saccidânanda, a extrema novidade dos seus processos estaria nesse "corde", agora "indiano"...

P R E S E N Ç A D E S ã o B E N T O

pectatione mea". Acolhei-me, Senhor, segundo a vossa Palavra, e eu assim viverei; e não me envergonheis em minha presença.

Fizemos publicar ao pé dêste artigo a velha e simples melodia do 6.º modo, que em suas asas líricas toma palavras tão profundas e gestos assim definitivos. Por três vêzes repetimo-los, em escala ascendente, para encerrar tudo com o **Glória Patri**, refração terrena da sublime teologia dos anjos.

Tais palavras, transfiguradas pela melodia, postas no ato mesmo em que se fixa irrevogavelmente o destino do monge, mostram que a convicção de pertencer exclusivamente a Deus deve dominar-lhe tôda a vida. Falam uma verdade fundamental que nos liberta e nos repõe, curados, na ordem justa da existência, para vivermos **só para Deus**, comprometido com isto o nesso inteiro futuro. E' um humanismo, humanismo profundamente verdadeiro, que elas refletem. O contrário do antropocentrismo, humanismo que supõe a queda do homem, mas também a redenção. Um humanismo transcendente e integral, incluindo visão sobrenatural revelada e energias novas da graça. Todo o segredo do Patriarca Cassinense é institucionalizar, como bom romano, a **vida**, a atitude humana que decorrem dessa visão e que tão bem se exprimem nas palavras da fórmula que citei.

Se o "Suscipe" confessa a miséria e postula acolhida a quem erra de fora, perdido na noite, o "vivam" é um grito na certeza da vida que jorra do Pai, pelo Filho, no Espírito Santo, e é comungada pelo monge em sua prostração.

Se, pois, S. Bento é um romano, condicionado pelas contingências da sua inserção na história, é também um gênio que a Providência escolheu à Igreja ocidental (e agora, parece, ao Extremo Oriente), para assegurar uma tradição, uma semente de vida, o monaquismo, sempre pronta a brotar de novo, com inocência e pureza, onde quer que cair, e não for pedregoso...

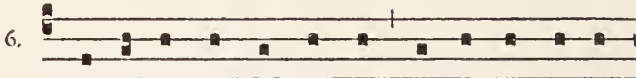
"E não me deixeis envergonhado em minha esperança".
Mas aqui é a esperança, e é nela que vivemos.



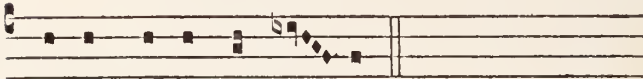
SUSCIPE ME

(SL. 118)

Neoprofessus ter cantat semper altiore voce:
(stans:)

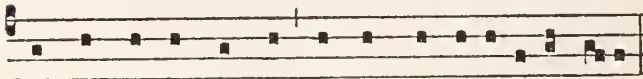


¶. Sús-ci-pe me, Dó-mi - ne, se-cúndum e-ló-



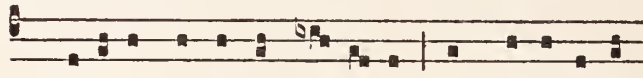
qui - um tu - um, et vi - vam:

(genuflexus:)

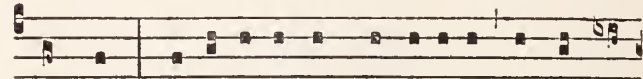


Et non confúndas me ab exspec-tati-óne me-a.

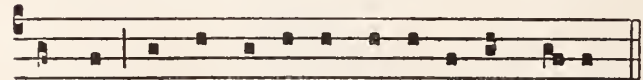
Chorus ter repetit. Cantores addunt respon-
dente Choro :



¶. Gló-ri-a Pa-tri et Fi-li - o, et Spi-rí-tu - i



Sancto. R. Sic-ut e-rat in princi-pi-o, et nunc, et



semper, et in sæ-cu-la sæ-cu-ló-rum. Amen.

DOM MOCQUEREAU

monge

de SOLESMES

E

ENTRE os sábios que, em nossos dias, consagraram a vida ao estudo dos mais árduos problemas artísticos, o R. P. Dom André Mocquereau é eminentemente digno de ocupar um lugar de destaque. Embora ignorado do grande público, seu nome, desde muito, era familiar àquêles que se interessavam com as questões musicais. Se suas conclusões em matéria de rítmica gregoriana foram discutidas — é a sorte ordinariamente reservada aos espíritos de elite — sua pessoa conquistou unanimemente, um profundo respeito. Sua morte enlutou não apenas a Abadia de Solesmes, mas também toda a ordem beneditina, da qual é uma das glórias. Quando a notícia do seu passamento se espalhou, a 18 de janeiro de 1930, uma tristeza imensa invadiu o coração de todos quantos tendo privado com êle, chegaram a conhecê-lo e a estimá-lo. Não se haviam êles preparado a vê-lo ir-se tão bruscamente, embora, por várias vêzes, os temores de um desenlace fatal houvessem sido muito fortes: tantas vêzes cedera o mal frente à constituição robusta de Dom Mocquereau!

Entretanto, "a hora soara" para o venerável monge que, professo de Solesmes desde 1877, attingira agora os oitenta e oito anos. Êle bem que

AUGUSTE LEGUENANT

sabia, bem que o sentia, também estava preparado. Deus que o havia predeterminado a importantes encargos, tinha-o, ao mesmo tempo, cumulado da plenitude dos dias necessários à sua realização. Nos últimos tempos, porém, o trabalho era duro para Dom Mocquereau, e êle vivia angustiado de não poder terminar sua obra. Por fim tendo a alegria de ser a tarefa realizada, o servo fiel que foi tôda a vida, via sem apreensão, aproximar-se a hora de voltar à casa do Pai... Com efeito, a 30 de dezembro, ao receber um telegrama particularmente afetuoso que espontaneamente lhe enviara Pio XI por ocasião de suas bodas de ouro sacerdotais, Dom Mocquereau com alma transbordante de emoção, cantara seu *Nunc dimittis*. Seu ser, unido a Deus, esperava o apêlo do Mestre, na plena luzidez de uma inteligência que até o fim permanecera magnífica e na completa submissão de uma vontade acostuada, desde muito, à aceitação meritória do sacrificio supremo...

Este apêlo foi misericordioso e suave. Na manhã de 18 de janeiro, o Padre enfermeiro, logo depois das seis horas, bateu à porta da cela do doente para lhe trazer a santa comunhão. Nenhuma resposta; entra: Dom Mocquereau não era dêste mundo!... O corpo, quente ainda, indicava que a morte fôra recente. Nos traços descansados nenhum sinal de sofrimento. Enquanto seus irmãos, reunidos no côro para o officio de Matinas, ofereciam a Deus o primeiro tributo de um louvor cuja perfeição era obra sua, e à qual, por tanto tempo, se associara, Dom Mocquereau, deixando sem esforço êste mundo, aportava às plagas eternas. De todos os ritmos que haviam feito bater seu coração ardente, o último impulso o havia levado até o seio de Deus...

Dois dias depois, a 20 de janeiro, por uma tirste e fria manhã de inverno, ao toque de finados, seu corpo foi levado da sala do capitulo, onde o haviam depositado, à igreja abacial; depois, finda a missa, ao pequeno cemitério ao lado. Lá, o caixão foi coberto e lentamente descido na campa aberta... Momentos comovedores que vivemos com o coração apertado, mas penetrado daquela paz profunda que a admirável e consoladora liturgia dos defuntos derrama a flux nas almas cristãs. Durante todo o officio, o órgão calou-se, de acôrdo com as rubricas. Sôzinha, a pura melodia gregoriana, perfeitamente ritmada, expressiva e leve, alternava com a voz do Abade que celebrava a missa. Nas mãos dos monges cintilavam círcis de cera pura, símbolos vivos da imortalidade...

Meus Deus! que fizemos, em nossa secular incompreensão, desta missa de Requiem, desta Encomendação e desta procissão ao cemitério, com o In paradisum de tão sublimes acentos?...

*
* * *

André Mocquereau nasceu a 6 de junho de 1849, em La Tessoualle (Maine-et-Loire). Originária de Sablé-sur-Sarthe, sua família gozava na região de honrosa reputação. O pai, que exercia a profissão de médico, veio estabelecer-se em Cholet pouco depois do nascimento do filho. A música era tida em grande conta neste lar de cultura e tradição profundamente francesas; tocava-se a miúde e André Mocquereau foi, desde cedo, iniciado nos rudimentos musicais. Tão notáveis eram as aptidões do filho que os pais pensaram, a certa altura, em mandá-lo ao Conservatório. Com os anos tornou-se violoncelista de fama e familiarizou-se com os clássicos: em contacto com o gênio dêles, sua sensibilidade, que já era grande, tinha-se singularmente afinado dobrando-se às disciplinas da qual nasceram as obras dos mestres. Charles Dancela, que vinha a Cholet, tinha-o em grande estima e não recusava em tê-lo como "partenaire" na interpretação dos Trios ou dos Quatuors.

D O M M O C Q U E R E A U

Tivesse permanecido no mundo, André Mocquereau, adepto fervoroso da música de Câmara, poderia ter aspirado a tornar-se um dos mais destacados intérpretes do género. Deus tinha outros planos. Esta formação inicial, sem nexo aparente com seu destino verdadeiro, iniciava-o, pelo contrário, profundamente, nas subtilezas do ritmo, nas mil e uma nuances da articulação melódica que os golpes de arco sublinham... Como os não terá lembrado no decorrer de sua carreira monástica!

É aqui, e não alhures, que se deve procurar a razão da escolha de certas interpretações quironômicas dadas pelo "Nombre Musical": subtis, talvez, à primeira vista, mas quão precisas, vivas, expressivas! Porque, artista que era, alimentado de um manjar forte, nada devia perder de sua personalidade ao revestir o burel de monge.

André Mocquereau entrou no cláustro, como postulante, em 1875. Contava vinte e seis anos. Dom Guéranger, de ilustre memória, natural também de Sablé, conhecia a família de André Mocquereau, em cuja vocação teve influência determinante. Entretanto, André Mocquereau não teve a alegria de ser recebido em Solesmes por Dom Guéranger: êste falecera três meses antes. Tornou-se, logo, postulante e depois noviço modelar, e, feita a profissão, monge de alto valor, grande exemplo, e santa vida. Profundamente devoto da Santíssima Virgem, Nossa Senhora de Chartres foi, desde os primeiros dias até o fim, a grande protetora dos seus trabalhos. (Cf. "Revue Grégorienne", 1930, n.º 2, "Notre Dame de Chartres et Dom Mocquereau", assinado por Dom de Saint-Beuve).

Ordenado sacerdote a 28 de Dezembro de 1879, Dom Mocquereau foi convidado pela obediência a trabalhar na restauração do canto gregoriano, cujo plano fôra traçado, desde muito, pelo próprio Dom Guéranger.

Viu-se nomeado auxiliar de Dom Pothier, cujos trabalhos deveria, primeiro, partilhar, depois, prosseguir. Desde 1889, recebeu o encargo de dirigir o cânto de Solesmes, que lhe deve ser o que é; conservou êste encargo até setembro de 1914, quando lhe sucedeu Dom Gajard, seu colaborador mais íntimo. Veremos logo mais quais foram seus trabalhos artísticos, de considerável importância. Foi preciso a organização da vida monástica, tão rígida e tão flexível ao mesmo tempo, no seu esquema preciso, para que o labor absorvente e arrasador de todos os dias tenha permitido a Dom Mocquereau desempenhar ao mesmo tempo funções pura e exclusivamente espirituais, e importantes: mestre dos noviços, durante longos anos, êle foi também prior de Solesmes, de 1902 a 1908.

Os anos haviam-no enfraquecido fisicamente. Entretanto, guardou até o fim aquêlê entusiasmo, aquêlê juventude de coração e de inteligência, aquêlê chama do olhar que maravilhavam os seus íntimos. Era de energia indomável. Batalhou duro por suas idéias, e, se recebeu golpes, devolveu-os, às vêzes não sem contrangimento. Possuía os traços distintivos dos grandes caracteres da Vendéia; o coração, nele, nunca estava ausente da ação encetada. Era homem de forte raça e a obra do monge disso se beneficiou, "para maior bem das almas": pois foi êste, em suma, o fim constante de seus esforços e o móvel permanente de sua atividade transbordante...



Eis, pois, que se está fechando o ciclo dos longos e difíceis estudos que culminaram com a restauração integral das melodias gregorianas, tesouro inestimável — e tão desconhecido — da liturgia católica. Não quero dizer que a questão esteja esgotada. Ninguém pretende tal. Mas, se ainda exis-

tem, aqui e acolá, assuntos para aprofundar (como a questão da modalidade), detalhes a precisar, conclusões a verificar, o conjunto da obra, tal como ela se apresenta atualmente, é de uma solidez extrema e leva a marca de um acabamento verdadeiro. Certamente, Dom Mocquereau, na sua profunda humildade, nunca teria pensado em dizer como o poeta: "Exegi monumentum aere perennius". Mas nós podemos proclamá-lo de sua obra e lhe exaltar o merecimento principal; embora, para sermos justos, devamos acrescentar que ela é, de um lado, o coroamento dos trabalhos conjugados de Dom Guéranger, de Dom Pothier e de Dom Mocquereau. O primeiro foi o genial inspirador de uma gigantesca empresa; os dois outros foram os pacientes construtores. Cada um deles teve, providencialmente, sua tarefa bem definida. Está-se longe de supor, geralmente, tanto a complexidade como os esforços realizados sem trégua para primeiro, desintrinchar e depois, reatar os fios de uma tradição perdida, numa forma de arte que degenerou. A "Paléographie musicale", as revistas especiais deixaram entregados ao público culto alguns dos dados do problema, ou os métodos empregados por monges músicos e sábios, buscando, no silêncio do mosteiro, um fim determinado para lhe descobrir a solução. Mas o que se conhece não é nada ao lado do que se ignora. Tratou-se, no caso, de uma multiplicidade de trabalhos delicados e, por certo lado, fastidiosos, cujos dados todos tiveram que ser pesados e comparados uns com outros, anos a fio, antes que fosse possível deles tirar uma conclusão qualquer. De uns quarenta anos para cá, sobretudo, por iniciativa e sob a direção de Dom Mocquereau, os estudos paleográficos haviam tomado, em Solesmes, uma extensão considerável. Eles chegaram "a provar a existência de uma tradição melódica e de uma tradição rítmica a marcarem até nos detalhes as mínimas nuances expressivas, e a mostrá-las universais na Igreja católica, na Idade-Média":

Indicarei aqui, brevemente, as principais etapas desta reconstituição, atendo-me principalmente à obra de Dom Mocquereau.

* *
* *

Dom Pothier foi o artífice principal da "restauração melódica" do canto gregoriano tradicional.

Sabe-se que a maioria dos livros de cantos litúrgicos usados em França, antes desta restauração, eram mais ou menos todos oriundos da famosa edição dita "médicéenne", cujos avatares sucessivos foram contados por Dom Gatard, prior de Farnborough, em seu livro intitulado "La musique grégorienne". (Henri Laurens, editor, Paris).

O que estes livros continham era uma versão deformada e depauperada das antigas melodias litúrgicas: estas, privadas de sua substância musical pelas mutilações, pelas correções de toda espécie que sofreram, apresentavam-se ali em estado realmente esquelético. Além disso, o modo como eram executadas no Côro só podia redundar em descrédito para o canto-chão, fazendo-o olhar, pelos músicos, como à margem da verdadeira música.

Com efeito, como se interessar por uns resíduos sem valor, ruminados por cantores indiferentes, "como uma rapsódia morta"? A Igreja expunha-se a grandes danos não só quanto à dignidade do seu culto, mas também quanto a sua doutrina pelo jôgo natural de uma reação inevitável.

Eis, porém, que depois da publicação, por Dom Guéranger, dos dois primeiros volumes de suas "Institutions liturgiques" (1840-1841), se esboça em França um movimento muito importante de retorno ao canto gre-

goriano tradicional. Neste sentido, esforços meritórios se tentam em várias dioceses. Na realidade, os resultados serão parciais, por causa dos limites forçosamente restritos dentro dos quais haviam sido feitas as pesquisas. A reconstrução melódica integral exigia um trabalho de conjunto de maior envergadura; exigia não só o confronto de maior número de fontes, como também um trabalho crítico feito sobre os respectivos dados. Foi em Solesmes, sob o impulso de Dom Guéranger e sob sua orientação, que esta tarefa foi concluída, tanto quanto era possível fazê-lo na época. Foram encarregados disto, primeiro Dom Jausions, depois Dom Pothier. Foi assim que em 1880 apareceu, assinada por Dom Pothier, a obra intitulada "les Mélodies grégoriennes d'après la tradition", cuja importância não pode ser menosprezada. "Este livro, no qual a solução de quase todas as questões relativas ao canto estava, senão definitivamente dada, pelo menos entrevista, foi a base de todos os trabalhos que, em seguida, foram feitos para o esclarecimento destas questões (Dom Gatard, op. cit. p. 109). Pouco depois (1883), apareceu o "Liber Gradualis", que os monges de Solesmes adotaram para os seus officios, e cujo trabalho preparatório, no testemunho de Amédée Gastoué, estava pronto desde 1868, dois anos antes da morte de Dom Jausions.

A publicação do "Liber Gradualis", cujas "Melodias gregorianas (segundo a tradição)" apresentavam a justificação crítica, suscitou polémicas violentas. Duraram anos, enquanto vigorou o privilégio trintenário concedido em 1873, ao editor Pustet, de Ratisbona, relativamente à reedição dos livros de côro tendo por base a "medicenne". (Este privilégio expirou em 1903 e não foi renovado). Dom Pothier, entretanto, tinha reunido também os elementos do Antifonário gregoriano, que saiu das editoras de São Pedro de Solesmes em 1891.

Do ponto de vista artístico, os livros publicados por Solesmes tinham, sobre os ditos "oficiais", uma superioridade incontestável. As oposições que encontraram tinham, na aparência, jeito de discussões de ordem científica; na realidade, tinham sua origem na ância de salvaguardar interesses materiais que a difusão daquêles ameaçava.

Foi preciso, entretanto, defendê-los. Foi ali que começou a ação pública de Dom Mocquereau. Sucedendo a Dom Pothier (que se mudara de Solesmes para Ligugé), Dom Mocquereau não se arreceiou da luta. Entrou nela resolutamente e empreendeu demonstrar, com fatos, o bem-fundado da versão melódica reconstituída por seu predecessor. Res, non verba. Aqui transparece claramente uma das tendências principais, e permanentes, do caráter de Dom Mocquereau, fazer, antes de tudo, obra objetiva. "Procurar o pensamento de nossos pais, escreveu êle, apagar-nos diante da interpretação autêntica dêles, submeter humildemente nosso julgamento artístico ao dêles, é o que requerem, a um tempo, o amor que devemos ter pela tradição inteira, tanto melódica quanto rítmica, e o respeito de uma forma de arte perfeita no seu gênero" (Citado por Dom Gajard, "Revue Grégorienne", 1930, n.º 1, p. 6). Como o próprio Dom Pothier nada havia escrito ou publicado que não estivesse conforme com a tradição revelada pela paciente decifração dos manuscritos, Dom Mocquereau achava-se, frente a seus adversários, com a partida ganha. A publicação de "1e. Peléographie musicale", na qual, por meio da reprodução fototípica de manuscritos antigos, as fontes mesmas do trabalho de Dom Pothier achavam-se postas diante dos olhos dos contraditores, foi, desde o início, um golpe de mestre. Dom Mocquereau aumentou-lhe o quadro, e nela expôs algumas das teses que, mais tarde, teriam seu desenvolvimento definitivo no "Le Nombre musical grégorien".

*
* *
*

AUGUSTE LEGUENANT

Alguns acharão estranho ao saberem que a sensibilidade de Dom Mocquereau, de início, adaptou-se mal ao canto d'ocôro de Solesmes. Dom Gajard dizia-o ainda recentemente. (*Revue Grégorinene*, 1927, Novembro-Dezembro, pp. 203 e seg.). Dados, porém, os antecedentes de Dom Mocquereau, de que falei, nada mais natural. O canto gregoriano tem sua sintaxe particular. Suas leis de composição, forçosamente complexas, devido aos diversos acréscimos de que é formado, ferem muitas vezes, no primeiro contato, o sentimento interior cujas reações são o resultado de nossa educação musical, quase que unicamente fundada sobre os clássicos. O espanto, a repulsão mesmo, que Dom Mocquereau experimentou, são facilmente explicáveis. As tendências estéticas de sua inteligência não conseguiam, naturalmente, fazer entrar nos moldes que lhe eram familiares, uma matéria musical de leveza e liberdade infinitas. Por outro lado, seus estudos anteriores não lhe forneciam os meios de analisar uma arte puramente linear, onde tantos problemas, sobretudo o do acento do latim, são levantados a cada instante, seja pela melodia, seja pelo texto. E se considerarmos bem o lugar que ocupa o ofício cantado na vida de um monge beneditino, compreenderemos facilmente a gravidade do conflito interior surgido, imediatamente a uma língua musical cuja estética continuava, para ele, letra morta.

Mesmo assim, a prática cotidiana do canto gregoriano revelou, pouco a pouco, à alma de Dom Mocquereau, confusamente embora, as belezas escondidas de uma forma de arte admirável. E como devemos razoavelmente admitir que as leis que lhe regem a ordonância, por especiais que sejam por certos aspectos, não podem entretanto estar em contradição absoluta e constante com as leis que condicionam nossa música em geral, Dom Mocquereau deu-se rapidamente conta que as investigações de Dom Pothier deviam ser levadas muito mais longe na análise, do que tinham sido até então.

Era necessário desmontar completamente o mecanismo, até atingir os próprios elementos da matéria sonora posta em jôgo no canto gregoriano. Sondagens profundas deviam ser efetuadas, tanto do lado melódico como do rítmico, sem esquecer o texto; novos métodos de trabalho deviam ser instaurados de modo a permitir, — no fim de quantos anos? — reunir os elementos de uma síntese definitiva. Resolveu, pois, dedicar-se a isso, com o auxílio de colaboradores escolhidos e dedicados: toda sua vida estará, doravante, consagrada a esta grande obra.

Trabalho de beneditino, como igual não houve! Quem enumerará os milhares de clichés tomados nas bibliotecas célebres, cujas mais preciosas riquezas, na França e fora dela, foram postas à disposição dos monges?

Quem duvida da paciência necessária para catalogar, analisar, comparar uns aos outros os dados dos manuscritos assim recolhidos? A simples disposição em ordem dos elementos de tão vasta documentação, sem cessar aumentada de novos acréscimos, representa um trabalho material considerável, de que só podem fazer-se uma idéia os que visitaram, em Solesmes, a "palé", como dizem lá. É que Dom Mocquereau realmente criou, na Abadia, um verdadeiro centro de estudos paleográficos. Todos os processos de crítica externa e interna foram postos em jôgo, sob sua direção, para chegar a descobrir com certeza a versão melódica e rítmica tradicional. Os famosos quadros sinóticos, aos quais recorria Dom Mocquereau

D O M M O C Q U E R E A U

sempre que surgisse uma dúvida, são disso prova indiscutível (1); e desde 1904, era tal o valor dos resultados obtidos nesse sentido, que Pio X dêles fêz a base dos trabalhos da Comissão encarregada de preparar a edição oficial vaticana com que êle queria dotar a Igreja (2).

*
* *
*

Entretentes, Dom Mocquereau, em meio a dificuldades de todo gênero, preparava incansavelmente a obra que se deve considerar não somente com o coroamento de sua obra pessoal, mas também como a soma de todos os que apareceram anteriormente sôbre a questão. Refiro-me a "Le Nombre musical grégorien" (Desclée et Cie., éditeurs, Rome-Tournai, 2 volumes). Porque a característica de sua atividade era de tender essencialmente e constantemente à síntese. Certamente, Dom Mocquereau foi o homem do detalhe, levado até seus elementos últimos; mas êle não se deixou uapegar, — pode-se mesmo dizer, atardar — senão em vista de um objetivo mais elevado e mais necessário. Contentou-se em fazer, nesta ordem de idéias, o que têm feito, em outros planos, os sábios de que, a justo título, se orgulha a ciência moderna. Os trabalhos de análise empreendidos visavam recolher, primeiro isoladamente, depois coordenar em sínteses sucessivas, por degraus, podemos dizer, os elementos sôbre os quais se poderiam apoiar sólidamente as leis de uma interpretação, a um tempo lógica e tradicional do canto gregoriano.

Importava, porém, proceder sem pressa, a fim de formular claramente estas leis. Dom Mocquereau nunca perdeu de vista êste ponto de vista. Para atingi-lo, encontrou poderosa ajuda na prática diária dos longos officios que a Regra de São Bento impõe aos monges. Foi no côro da igreja abacial que, inconscientemente, talvez, mas seguramente e pela inclinação natural de uma alma em estado de meditação permanente, se ordenaram, pouco a pouco, no espirito de Dom Mocquereau os elementos do ritmo próprio do canto gregoriano. Disso êle próprio deu testemunho a miúdo. Mas entendam-nos bem aqui. Pretenderam alguns que o "Nombre musical grégorien" era obra subjetiva. Pelo contrário, as bases são bem objetivas, unicamente objetivas. Mas quem poderia pretender que a música, a gregoriana como as outras, não age sôbre nós "per si mesma", não exerce sôbre nós seu poder misterioso de formação, de educação? Em que consiste então a cultura, se não fôr nisto? O estudo sêco das fontes pode perfeitamente ter por resultado, fazer surgir primários. A síntese é fruto da reflexão, que se eleva dos detalhes ao conjunto, através da aridez e mau grado a aridez, das observações científicas. Mas, como em tôda grande obra, é-lhe necessário o entusiasmo do coração, que dá asas à inteligên-

(1) "Nossos jovens monges iniciaram... o transporte sôbre quadros sinóticos de tôda uma biblioteca de manuscritos. Cada trecho do repertório teve sua ficha, isto é — seu quadro sinótico, constituído pelo alinhamento paralelo de cada uma das versões... umas sob as outras, agrupadas por escolas de proveniência, tudo disposto, neuma por neuma, seja na suas variedades, seja na corrupção, a história de um neuma". Dom Gatard, op. cit. p. 115).

(2) Expulsos da França pela perseguição religiosa, os Beneditinos de Solesmes residiam então em Appuldurcombe, na ilha de Wight.

cia e permite-lhe, alcançando os cumes, elevar-se do particular ao geral. Ora, em Dom Mocquereau, este entusiasmo do coração achava-se fecundado pelo amor divino, com o qual se identificava. Será possível imaginar esteio mais poderoso e eficaz para o espírito? O monge, o sábio e o artista sempre foram e mDom Mocquereau uma só pessoa. Só por abstração poderíamos dissociar-lhe as diversas atividades. Monge, viveu, no convento, uma vida interior e só trabalhou para a Igreja; sábio, nada quis afirmar que não tivesse antes verificado em experiências de laboratório, se assim posso dizer; artista, não teve outro cuidado senão o do ritmo exato e da expressão justa, numa arte em que a fantasia poderia provocar os maiores estragos.

Dom Mocquereau começou, primeiro, por expor fragmentariamente sua tese na "Paléographie musicale", em monografias e artigos de revista. Só em 1908 é que apareceu, esperado desde muito, o primeiro tomo do "Nombre musical grégorien". Se se levar em conta que o segundo volume da obra só veio a lume em 1927, não se poderá deixar de reconhecer que se trata, no caso, de trabalho considerável, amadurecido pacientemente, redigido sem açoitamento, e que, na falta de adesão total às doutrinas do autor, impõe, pelo menos, a todos, o respeito que se deve a uma obra sincera. Aliás, o objeto mesmo do "Nombre musical" estava a exigir que não fôsse publicado sem seriedade. O problema "do ritmo", tal como vem pôsto e resolvido aqui, seria de molde a desanimar os mais temerários. Foi necessário nada menos que o claro gênio de um monge francês, para resolvê-lo.

A análise técnica do "Nombre musical grégorien" não entra no plano d'êste artigo. Entretanto, devo mencionar, em poucas palavras, uma das facetas mais ousadas, ao mesmo tempo que um dos dados mais fecundos da tese de Dom Mocquereau. Considerando que o ritmo vivo é uma síntese, formada de elementos diversos, Dom Mocquereau perguntou-se se a complexidade do problema rítmico não vinha precisamente de nossa obstinação em definir o ritmo em concreto, em vez de o definir em abstrato. O que o levou a reduzir a noção do ritmo essencial "ao movimento puro", para então, progressivamente, restituir-lhe, no ritmo concreto, e no quadro preciso assim determinado, as diversas qualidades que êle possui e que percebemos em bloco, sem podermos separar uns dos outros, a não ser na abstração. Nisto está a base fundamental da obra de Dom Mocquereau. Ninguém, antes d'êle levava tão longe o estudo do problema rítmico. Daí, as conclusões do "Nombre musical grégorien" ultrapassarem largamente a aplicação que se possa fazer ao só canto gregoriano. Todos os músicos podem encontrar nele matéria para frutuosos estudos, e beber os elementos de uma rítmica geral, em muitos pontos renovada.

Para me limitar àquilo que é objeto próprio do "Nombre musical grégorien", direi que a melodia e o texto litúrgicos foram ali, primeiro, examinados separadamente, em seus ritmos próprios e, aliás, por certos pontos, comuns, em seguida considerados em suas relações recíprocas e nos conflitos que podem nascer de sua fusão. A última parte da obra, que é aliás magnífico coroamento, é consagrada à "quironomia", pela qual se figuram no espaço, por meio de gestos sintéticos, as grandes correntes expressivas que circulam através da peça infundindo-lhe vida. Com a quironomia, estamos no cume da obra de Dom Mocquereau, no ponto em que os detalhes, se ainda continuam sendo percebidos pela inteligência, são-nos apenas em função do conjunto para cuja formação concorrem. Há nisso matéria tão perfeitamente musical ao mesmo tempo que tão completamente exata, de exprimir o que é, que será em vão qualquer tentativa para propagar a lenda que os monges, se são excelentes paleógrafos, são,

D O M M O C Q U E R E A U

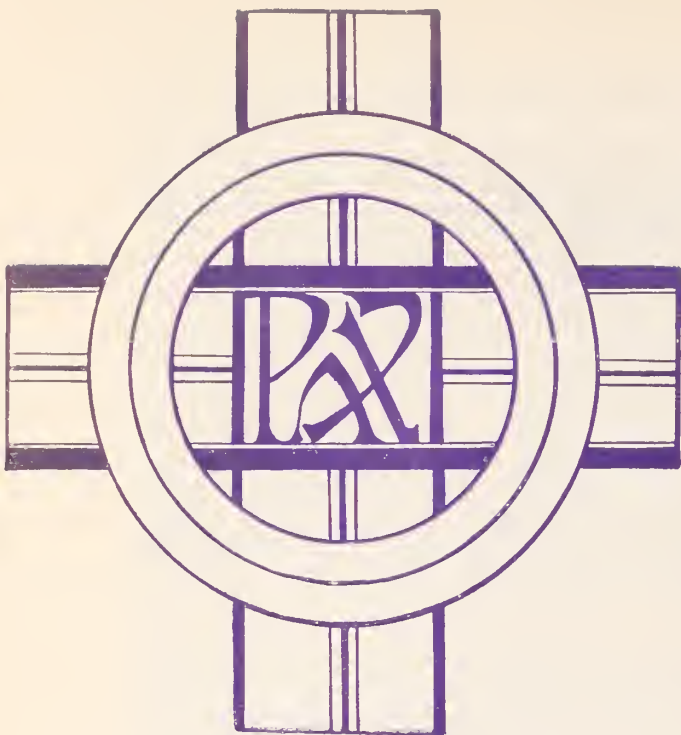
por outra, míseros músicos. Isto foi dito e, mesmo, escrito. Mas os resultados obtidos levantam-se em falso contra tais insinuações. Apelo para o testemunho que todos quantos ouviram o Coro de Solesmes. Quanto a mim, que aderi plenamente ao método de Solesmes e nele permaneço, porque nada acho que contradiga as leis gerais da música tais como me foram ensinadas pelos mestres que venero profundamente, não cessarei de dizer que há lá, contra o que fôsse antimusical, algo de absolutamente belo: uma interpretação transcendente, pura, livre de todo compromisso com o efeito pelo efeito, e confinando com os mais altos e mais luminosos ápices da arte. É nestas regiões esplêndidas que em Solesmes, se opera a fusão entre a oração e a música, para só formarem, indissolavelmente, uma só e mesma coisa, imaterial e perdida em Deus. O canto gregoriano, tal como o entendeu Dom Mocquereau e tal como êle lhe definiu a técnica, é, no ponto extremo da vida contemplativa, a meditação que se abre em canto, a criação feita música. Não nos contentemos em admirar o artista que soube realizar tal ideal. Lembremo-nos ainda que êste ideal germinou na alma fervorosa de um monge piedoso, que foi, além disso, poeta; e, pois que foi um monge de "nossa terra", constatemos com altivez que a França, uma vez mais em sua história, bem serviu a causa de Deus.

*
* *
*

Em nossas igrejas, infelizmente, dominam muitas vêzes músicas vazias de sentido litúrgico, e mesmo, às vêzes, de sentido. Lar ardente de vida monacal, pôrto de paz, Solesmes é também um dos pináculos privilegiados dêste mundo onde se refugiou a arte, a um tempo delicada e forte, da cantilena medieval. A sombra do campanário da igreja conventual, neste recinto que os frequentadores da Abadia conhecem tão bem, o admirável obreiro de uma tarefa sublime descansa tranquilamente do seu longo e áspero labor. Que sua memória continue abençoada pelos artistas aos quais prestou, no campo da música sacra, o inapreciável serviço de lhes restituir a verdade.

IRMÃO ATICO RUBINI
(traduziu)





UM IDEAL de VIDA

“Tranquillus Deus tranquillat omnia,
Et quietem aspicere quiescere est.

Deus tranqüilo tudo tranqüiliza,
E contemplar a Paz é entrar em paz”.

(S. Bernardo)

T

O R N O U - S E

característico do monaquismo beneditino o lema PAX.

E não sem razão. O Santo Patriarca Bento deseja que seu cenóbio tenha o aspecto de verdadeira mansão da paz. Em vista disto, por exemplo, ao tratar do celeiro da Abadia, exorta-o a observar a ordem devida “para que ninguém se perturbe nem contriste na casa de Deus” (ut nemo perturbetur neque contristetur in domo Dei, S. Regra c. 31). Deseja também que o Abade, ao dispensar os objetos materiais da casa, considere cada monge com suas fraquezas individuais, de sorte que “todos os membros do Mosteiro estejam em paz” (c. 34). Os hóspedes que sobrevenham ao Mosteiro, hão de ser recebidos com o ósculo da paz (c. 53); o próprio can-

didato que bata à porta do Mosteiro, conforme o Legislador, vem procurar e seguir a paz (prólogo da S. Regra; cf. Sl 33, 15) (1).

Essa PAZ beneditina será realmente o sumo ideal de perfeição cristã, em vista do qual o monge deva abandonar todos os bens que licitamente possua?

Na verdade, o termo "Paz" curto como é, desvirtuado como tem sido, exprime tudo que se possa conceber de mais elevado na vida cristã e, por isto, também na vida do monge.

É o que o presente artigo se propõe ilustrar. Note-se, porém, que a paz, principalmente a paz de ânimo ou interior, já era ideal dos filósofos pagãos que procuravam perfeição moral. Por isto, havemos de voltar nossa atenção primeiramente para o que ensinaram sobre o tema alguns mestres anteriores a Cristo (§ 1); depois, estudaremos a doutrina da tradição cristã e monástica, a qual retomou proposições dos sábios antigos, dando-lhes sentido bem mais profundo. (§ 2).

§ 1. A "TRANQUILIDADE" DO SÁBIO

Entre os gregos pagãos estava muito em voga o conceito da "apátheia". Esta significava o estado de lama que não se deixa perturbar nem pelos afetos nem por vicissitude alguma. A apatia assim entendida fazia parte do ideal helênico da autarquia, ("autárkeia"), ou seja, do conceito de emancipação relativa a que todo homem deve aspirar frente aos bens deste mundo.

Principalmente os filósofos estoicos (a partir do séc. 3.^o a.C.) insistiam em que o homem perfeito se mantém calmo nas adversidades, sem se deixar afetar pelos altos e baixos da vida cotidiana: o sábio é indiferente tanto aos elogios quanto às injúrias, tanto à fartura quanto à penúria porque a sua atenção se volta unicamente para os bens invisíveis ou da alma, isto é, para a prática da virtude e a fuga do vício. Tendo conseguido essa equanimidade, o homem está de posse da sua verdadeira bem-aventurança. É o que professa Séneca († 65 d.C.), por exemplo, no seu livro "De beata vita":

"Que nos impede de chamar feliz a vida em que a alma está livre, erecta, impávida e estável, emancipada do medo e da cobiça?" (2).

Epicteto († 138 d.C.) propôs a via para se chegar a tal estado de alma: "Começa pelas coisas pequenas. Derramaram o teu óleo? Roubaram o teu vinho, Dize: é a este preço que se compra a apatia, a este preço a imperturbabilidade (ataraxia)" (Manual 12,2).

Tão nobre ideal, o sábio o devia procurar alcançar pelos próprios esforços, haurindo do seu íntimo as energias necessárias para tal; o conceito de Deus não entrava explicitamente em suas cogitações, pois a Divindade, para o estoico, se identificava com a razão ou o "logos" humano (panteísmo!). Assim o ideal estoico pouco ou nada tinha de autenticamente religioso; significava, antes do mais, o engrandecimento do indivíduo; este ficava sendo o centro de suas tendências e preocupações.

As concepções dos estoicos foram exageradas e deturpadas pela Escola Cínica. Os cínicos queriam levar a sua apatia ao ponto de se burlar das instituições básicas da vida social, tachando-as de mera convenção: nas praças das grandes cidades, pelas estradas, diante do grande público, exaltavam por suas alocações populares e exibiam por sua conduta prática o ideal da vida despojada de tudo que parece necessário ao comum dos

(1) Note-se ainda o cap. 65, em que S. Bento, tomando determinada precaução, diz explicitamente visar salvar "paz e a caridade" no mosteiro.

(2) "Quid enim prohibet nos beatam vitam dicere liberum animum et erectum et interritum ac stabilem, extra metum, extra cupiditatem positum?" (c. 4).

P A Z, U M I D E A L D E V I D A

homens; destarte chegavam a elevar a falta de brio ou de pudor à qualidade de virtude (3).

Em Alexandria, no séc. 1.^o da nossa era, viveu o judeu Filo († 44), que procurou associar entre si o patrimônio religioso dos israelitas e a filosofia grega. Sem adotar o panteísmo dos estoicos, Filo recomendava a apatia, desejando que seus discípulos aprendessem a se manter superiores aos afetos volúveis da natureza e se deixassem em tudo guiar pelo espírito. Fazia notar, porém, que tal perfeição só se obtém por dom de Deus; é Este quem extingue nos seus fiéis a volúpia proporcionada pelas criaturas, outorgando-lhes a contemplação e o amor do Criador. Destarte Filo se distanciava dos que apregoavam a auto-suficiência ou auto-satisfação do homem perfeito; sabia que este é servo de Deus, dependente do seu Senhor (4). As idéias de Filo propostas justamente nos tempos em que o Evangelho começava a se difundir pelo mundo, tiveram vasta repercussão na ascética cristã.

A partir do séc. 3.^o d.C., os neo-platônicos desenvolveram os princípios lançados pelos estoicos, dando-lhes significado mais religioso e profundo. Para Plotino († 270), Deus é o Uno por excelência ou por definição. Os demais seres são por si mesmos múltiplos, pois possuem atributos variados e finitos. Disto se segue que o ideal do homem é passar da multiplicidade de tendências, que lhe é congênita, para a unidade, que o Exemplar Divino lhe sugere. Assim a apatia ou tranqüilidade de ânimo equivale a imitar a Deus:

“Não se engana quem ensina que agir segundo a mente (em oposição aos sentidos do corpo) e viver sem paixão nenhuma é... o mesmo que imitar a Deus” (Eneade I 2,3).

O ideal neoplatônico implica o desapêgo de tudo: o sábio não somente procura purificar-se do que possa ser moralmente vicioso, mas também tende a esquecer os objetos e pessoas do mundo sensível que o possam deter na ascensão aos valores invisíveis.

“Quanto mais a alma se esforça em demanda do inteligível, tanto mais esquece as coisas dêste mundo... E' bom... subtrair-se às preocupações que afetam os homens; em vista disto, torna-se neccessário evitar a recordação dessas preocupações; neste sentido pode-se dizer com razão que a alma boa é dada ao esquecimento. Ela foge para longe dessas coisas múltiplas; reduz o múltiplo à unidade... Não leva consigo a massa das recordações da terra” (Eneade IV3,32).

Aquêles que não realizam tal separação não podem contemplar a Deus, o Invisível, pois têm os olhos da mente obscurecidos. Assemelham-se aos homens que, por ocasião das festas religiosas, satisfazem sua gulodice com iguarias de que se deveriam abster; assim fazendo, está claro que nada percebem de religioso ou divino nas grandes solenidades, não conseguem contemplar a Deus mesmo em suas manifestações mais relevantes; em consequência, chegam a crer que Deus nem existe... Enganam-se lamentavelmente, e enganam-se por estar dependentes de suas concupiscências (cf Eneade V 5,11).

Com êstes dizeres, Plotino se associava à tradição dos que concebem a vida perfeita como sendo a vida una. Todavia — ainda se deve notar

(3) A respeito dos cínicos dizia Sêneca:

“Hoc inter nos et illos interest: noster sapiens vincit quidem incommodum omne, sed sentit; illorum ne sentit quidem. — Entre nós e êles verifica-se esta diferença: o nosso sábio vence tudo que é molesto, mas não deixa de o sentir; o sábio cínico, porém nem o sente” (ep. 9,3).

(4) Cf. Th. Rùther, Die sittliche Forderung der Apatheia, Freiburg i./Br. 1949, 17s.

D. ESTEVÃO BETTENCOURT, O. S. B.

— é por si mesmo, por suas próprias forças, que o sábio neo-platônico “se faz”...

O enriquecimento que o neo-platonismo importou para o ideal da apatia havia de ser aproveitado e ulteriormente elaborado pela tradição cristã.

§ 3. A PAZ DO SOLDADO DE CRISTO

Logo nos primeiros documentos ascéticos dos cristãos faz-se ouvir uma concepção de vida que de perto toca a ideologia estoica.

É São Paulo quem nos diz que a sua existência tem duas faces: uma exterior, aparente a todos os homens; outra, interior, visível aos olhos da fé apenas. A primeira nem sempre manifesta exatamente a segunda, podendo mesmo ser-lhe antitética. Sim, exteriormente a vida do Apóstolo é agitada por diversos males: calúnias, aflição, penúria, morte iminente; contudo Paulo afirma que nada disso o atinge em seu íntimo; ele não perde a tranqüillidade de alma ou a equanimidade:

“Somos tidos por aflitos, nós que estamos sempre alegres; por pobres, nós que enriquecemos a tantos; por gente que nada possui, nós que tudo possuímos” (2 Cor 6,10).

“Aprendi a bastar a mim mesmo em tôda ocasião (5). Sei viver tanto na penúria como no bem-estar. Em todo tempo e em todos os modos aprendi tanto a ser saciado como a experimentar fome, tanto a estar na abundância como a sofrer carência. Tudo posso n'Aquêlê que me torna forte” (Flp 4, 11-13).

Vivendo assim Paulo exortava os seus discípulos, todos os cristãos, a imitá-lo; não estejam a esmo dos altos e baixos da vida presente, mas, enquanto tudo em tôrno a êles flutua, mostrem unidade e constância:

“Eu vos digo irmãos: o tempo se tornou breve. Resta, pois, que aquêles que... choram, vivam como se não chorassem; os que estão na algeria, vivam como se não estivessem na alegria; os que compram, vivam como se não possuíssem; os que usam dêste mundo, como se não o usassem. Com efeito, passa a figura dêste mundo” (1 Cor 7, 29-31).

As palavras do Apóstolo, por muita semelhança que apresentem com as dos sábios anteriores, diferenciam-se delas por uma concepção básica: Paulo sabe que a força tranqüila ou a tranqüillidade forte que êle preconiza, provém ao cristão não apenas do desdobramento heroico das energias humanas, mas de um Poder extrínseco, de Deus; Paulo é talvez mais ousado que o sábio pagão (note-se bem: “tudo posso...”), justamente porque tem consciência de que êle não é independente, mas adere a Deus, que lhe concede realizar o que os filhos de Adão jamais poderiam conseguir.

No Cristianismo, portanto, o ideal da equanimidade foi não sòmente desde o início reconhecido, mas colocado sobre a única base que possa garantir sua autenticidade (6): por saber-se unido a Deus, portador de

(5) Verbalmente: “Aprendi a ser autárkes, autárquico, auto-suficiente”. Cf. 1 Tim 6,6: “É grandemente proveitosa a piedade para quem se contenta com o que tem (verbalmente: ... para quem goza de autarquia)”.

(6) Com efeito, os estoicos pagãos verificavam que o ideal por êles concebido era illusório, pois que na prática se mostrava difficil demais para as forças humanas:

“Confessam êles mesmos que até o presente dia jamais se encontrou o sábio estoico” (Sexto Empírico, séc. 3.º d. C.).

“Sábios, não os houve, e não os há em absoluto”.

“Houve um ou dois sábios apenas” (Diógenes de Babilônia).

Cf. A. J. Festugière, *L'Idéal religieux des grecs et l'Évangile*. Paris 1932, 69.

P A Z, U M I D E A L D E V I D A

vida sobrenatural divina, é que o cristão aspira a imitar o Deus Imóvel, Eterno.

Após a era dos Apóstolos foi Clemente de Alexandria (†antes de 215), mestre da Escola Catequética desta cidade, um dos mais ardorosos propugnadores da serenidade interior do cristão. Deu, porém, a este ideal uma modalidade muito cara ao judeu Filo e à subsequente tradição alexandrina. Com efeito, Clemente associa estreitamente apatia e "gnose" ou conhecimento de Deus e das realidades invisíveis (conhecimento que é produto da graça). É esta plenitude de riquezas espirituais que, conforme Clemente, explica a emancipação do cristão frente aos bens materiais; o homem que tende à perfeição dispensa os prazeres dos sentidos porque se vai familiarizando com as realidades sobrenaturais; uma vez alcançados os mais altos degraus da vida espiritual, êle possui a alegria consumada, pois já convive, pelo espírito, com o côro dos santos, embora ainda detido na terra pelos laços do corpo (Strom. 7,12,80). Êsse "gnóstico" não experimenta inveja nem eobica, pois permanece continuamente voltado para Deus, no qual sabe encontrar sua plena suficiência; de nada sente falta; jamais cai em tristeza, pois está persuadido de que tudo é regido pela Providência Divina, a qual não falha; tem consciência de que tudo, em última análise, concorre para o triunfo definitivo do bem (Strom 6,9,72).

As idéias de Clemente de Alexandria têm-se prestado a interpretações diversas; há quem as julgue mais inspiradas pela filosofia grega do que pela fé cristã; Clemente parece não valorizar suficiente o corpo humano e suas indigências naturais. Como quer que seja, ao mestre alexandrino toca o mérito de haver sublinhado uma nota de grande importância no tipo do cristão perfeito: êste é um exímio contemplativo de Deus e das realidades celestes, não necessariamente levando gênero de vida solitária (7), mas conservando a intuição ou experiência do Altíssimo no decurso de tôdas as suas atividades.

A doutrina da Escola de Alexandria haveria de exercer grande influência sôbre a espiritualidade dos monges, espiritualidade que se formou nos desertos do Egito.

Santo Atanásio, biógrafo de S. Antão (†356), Patriarca dos monges, compraz-se em realçar a serenidade ou harmonia de corpo e alma que caracterizava o seu herói.

"A própria face de Antão refletia muita e admirável graça... Não se distinguia, porém, dos demais homens nem por altura nem por gordura, mas pela compostura de seus costumes e a pureza de sua alma. Já que a sua alma não se perturbava, também os seus sentidos exteriores não se agitavam. Como que refletindo o júbilo da alma, tinha o semblante alegre. Assim era Antão reconhecido; nunca se perturbava, pois tinha a alma serena; nunca tomava aspecto sombrio, pois tinha o espírito alegre". (8)

Evágrio Pôntico (†399), também monge do Egito, herdou o ideal dos ascetas anteriores e tornou-o ainda mais explícito, incisivo: para êle, a vida espiritual tem por fim a contemplação; esta, porém, não se alcança sem tranqüilidade interior; entre contemplação e domínio sôbre os afetos existem relações análogas às que se verificam entre o banquete e a respectiva veste nupcial.

(7) O monaquismo, seja eremítico, seja cenobítico, só teve origem no séc. 4.º, isto é, cerca de cento e cinquenta anos após a morte de Clemente.

(8) Vida de Antão 67, ed. Migne 26, 938s.

“Para que a alma perceba em si mesma o lugar de Deus (9), é preciso que se eleve acima de todos os pensamentos concernentes às coisas sensíveis; ora ela jamais chegará a isto se não se despojar das paixões que... a prendem às coisas sensíveis” (10).

No seu opúsculo sobre a oração, Evágrio insiste em tal doutrina: ninguém pode orar de modo perfeito caso não se prepare por total desapego das criaturas, excluindo não somente os afetos desregrados, mas tudo que por si agite a alma, como preocupações, tristezas e mesmo as recordações coarctivas que costumam encher a mente:

“Ninguém poderá chegar à oração pura se se deixar envolver pelas coisas materiais e agitar por sollicitudes contínuas: a oração consiste essencialmente em que o cristão se despoje de seus pensamentos”. Em consequência, “bem-aventurado o espírito que, perfeitamente vazio, se chega à oração; bem-aventurado o espírito que, na ocasião de orar, está desprendido da matéria e pobre. Bem-aventurado o espírito que, na ocasião de orar, está perfeitamente emancipado dos sentidos” (11).

A tranqüilidade de que fala Evágrio, não significa simplesmente a extinção de qualquer afeto, mas, antes, subordinação e harmonia de tendências que a concupiscência pecaminosa não consegue perturbar: grande desejo de Deus e compaixão com o próximo podem e devem acompanhar a serenidade interior. É preciso mesmo dizer que somente a santa ambição de aderir a Deus impele o monge a se exercitar na “apatia” (12). Tais noções são genuinamente cristãs.

A doutrina dos monges do Egito se transmitiu aos ascetas ocidentais por intermédio do Abade João Cassiano (+430-435). Para este, a única finalidade dos múltiplos exercícios que o monge pratica é a consecução e conservação da tranqüilidade ou imobilidade de ânimo:

“Toda a finalidade e a perfeição de coração do monge tendem à contínua e ininterrupta perseverança da oração e, enquanto é possível à fraqueza humana, aspiram à imóvel tranqüilidade de mente e à constante pureza. Para possuir isto é que procuramos incansavelmente e exercemos sempre tudo que é mortificação do corpo e contrição do espírito; entre aquêle fim e estes meios há liame recíproco e indissolúvel. Com efeito, a estrutura de todas as virtudes tende à perfeição da oração e estas, uma vez adquiridas, se não forem todas elas ligadas e articuladas entre si pela oração em grau culminante, de modo nenhum poderão permanecer firmes e estáveis. Assim como sem as virtudes não pode ser adquirida nem consumada essa oração contínua e imperturbada de que falamos, assim também as virtudes que encaminham para a oração, não podem ser feitas sem assiduidade de oração” (13).

Como se vê, para Cassiano, o domínio sobre as paixões e a oração são inseparáveis entre si; aquêle possibilita esta. Destarte o ideal da serenidade de ânimo, que entre os pagãos tinha significado mais negativo do que positivo, se vai tornando na tradição monástica extremamente rico; é concomitante inseparável da vida de oração.

As idéias dos Padres acima propostas, principalmente na formulação que lhes deu Cassiano, constituem o patrimônio de que se nutriu São Bento. Tomando como lema característico de seus cenóbios e de sua vida o termo

(9) Alusão à visão de Moisés referida em Ex. 33, 18-23.

(10) *Capita praeieca ad Anatolium* 64, ed. Migne 40, 1237.

(11) *De oratione* 52-55 117, 120, ed. Migne 79, 1177-1193.

(12) Cf. *Capita praeieca ad Anatolium praef.*, ed. Migne 40, 1221; cap. 55s, *ibid.* 1233; *Sententiae ad fratres*, ed. Migne 40, 1280.

(13) Col. 9,2, ed. Migne 49, 771; cf. col. 1,7, *ibid.* 489.

P A Z, U M I D E A L D E V I D A

“PAX”, os filhos do Patriarca não fizeram senão reafirmar o ideal dos primeiros ascetas: criar harmonia dentro e fora do monge, a fim de que possa chegar à contemplação, imitando a vida dos anjos (que contemplam sem ser perturbados pela carne), antecipando na terra a bem-aventurança celeste (14). Os monges sabem — e por sua conduta devem recordar isto ao mundo — que, enquanto o espírito não se emancipa das impressões volúveis que lhe suscitam as coisas sensíveis, não há progresso na vida de oração; toda atividade extrínseca que o cristão realiza, há de ser inspirada por paz interior, a fim de poder ser a continuação da atividade divina. Por isto é que os monges tanto estimam a noite, tempo de silêncio rigoroso nos mosteiros. A noite é o princípio “feminino, materno” que fecunda e gera o dia do monge. Sim; durante a noite o homem de Deus procura emergir acima da terra para junto do Senhor, a fim de se restaurar e poder no dia seguinte voltar ao contato com as criaturas sem se deixar absorver por elas, mas, ao contrário, dando-lhes aquilo de que careçam.

São João Clímaco (+649) parece ser um dos intérpretes mais fiéis da aspiração monástica à paz interior; com ênfase notável propunha êle a excelência do estado de alma que firmou em Deus:

“Julgo que a apatia não é senão o céu no interior da mente, a qual, por conseguinte, considera irrisórias as armadilhas do demônio. Realmente impassível e reconhecido como tal é aquêlê que tornou sua carne incorrupta e elevou seu espírito acima das coisas criadas, aquêlê que submeteu ao espírito tôdas as percepções dos sentidos, aquêlê que colocou sua alma perante a face do Senhor e a faz tender a Ele de maneira contínua, ultrapassando as forças da natureza. Alguns afirmaram que a apatia é a ressurreição da alma anterior à do corpo; outros afirmam que é o perfeito conhecimento de Deus, semelhante ao que possuem os anjos. Ela é a perfeição sem limites dos perfeitos, segundo me disse alguém que a experimentara; ela tanto santifica o espírito, tanto o afasta das coisas materiais que faz que a maior parte desta vida mortal seja passada como que no céu, em contemplação...” (15).

* * *

À luz das considerações propostas, compreende-se como a ascética cristã (e monástica, em particular) possa fazer da serenidade de alma, aspiração comum de todos os sábios, o ideal da vida perfeita. É mister, porém, frisar que a concepção cristã diverge da pagã pelas duas seguintes notas:

1) para o cristão, a elevação habitual do espírito acima das influências perturbadoras dos sentidos é dom de Deus, graça, não simplesmente conquista do homem. Este por si jamais conseguiria resultado apreciável neste setor, como já o verificavam os próprios estoicos. A consecução da meta, diz São Paulo, depende “não do homem que queira ou que corra, mas do Senhor Deus que se compadece da sua criatura” (cf. Rom 8,16). É, pois, pela oração (16), em primeiro lugar, que o monge procura impetrar tão grande dom.

(14) A noção de vida monástica como vida angélica é explanada e documentada com textos da tradição por J. Leclercq, *La vie parfaite*. Turnhout 1948, 44-56.

(15) *Scala paradisi* 29, ad. Migne 88. 1147.

(16) Sem dúvida, acompanhada por uma conduta de vida coerente.

2) A perfeição cristã não significa simplesmente extinção de todo e qualquer afeto — coisa que o termo “apátheia”, segundo a sua etimologia, poderia insinuar e, de fato, insinuava para muitos pagãos (17). Viver na carne sem experimentar as reações naturais da sensibilidade é utopia, aspiração alheia à constituição natural que Deus assinalou ao homem. Consciente disto, o cristão não procura pròpriamente sufocar as paixões, tornando-se absolutamente indiferente a tudo que é sensível, mas esforça-se por subordinar os afetos ao espírito, moderando-os de tal sorte que, longe de perturbar, antes colaborem harmoniosamente com a fé e a caridade sobrenaturais. É o que faz que alguns dos antigos Padres hajam rejeitado o termo “apatia”, preferindo-lhe “metriopatia” ou “moderação dos afetos”.

Assim, por exemplo, se exprimia Sto. Agostinho (†430):

“A vida feliz e tranqüila pressupõe que todos os movimentos do homem estejam de acôrdo com a razão e a verdade; então desfruta êle de alegria e amor santos, castos e bons” (18).

De modo especial, a tradição faz notar que a tranqüillidade de ânimo do cristão, em vez de excluir, acarreta grande alegria espiritual para quem a possui:

“Deus, o Doador do que é bom... enche de alegria e paz os que têm a mente imperturbada e serena” (19).

Por isto o monge pacato pode transmitir ao mundo turbulento e acarunhado o sorriso do Eterno, a graça benévola do Deus que alegra a sua juventude!

(17) A matéria e a vida no corpo eram sub-estimadas por muitos dos sábios gregos, visto que não tinham o conceito de um Deus Bom, Criador de todos os seres, nem conheciam o fato do pecado original e a promessa da Redenção.

(18) De Genesi contra Manichaeos 1,31. Ocorre, porém, explicitamente o termo “apátheia” sob a pena de vários escritores cristãos. Notável, por exemplo, é o texto de São Basílio (†379): “Isento de paixões (apathés) é o Pai Celeste; sem paixões dicha páthous) há de ser também êste (o monge)” (Constitutiones monasticae 18,4).

Dado que, segundo alguns Padres, os termos “apatia, apático” não traduzem fielmente a ideologia cristã, parece mais oportuno dizer, também com fundamento na tradição cristã, que o justo é “vir unus, varão uno”, homem em que a multiplicidade inata de tendências e afetos, longe de motivar dispersão, conflui para um só termo: Deus, o Imóvel, o Eterno.

O monge, por sua designação mesma, é êsse “vir unus” (=monos, palavra donde vem *monachus*, monge); é o varão que professa fazer de toda a sua vida a procura da unidade; o monge dá tudo que êle é e possui Aquêle que é Uno; não reparte nem divide, e assim assemelha-se ao Uno.

(19) Dídimo de Alexandria, De Spiritu Sancto 11, ed Migne 39, 1042; cf. De Trinitate 3,1, ibd 777.



O "OPUS DEI" CANTADO:

Oração e Música

2.^a Parte: Edificação da Vida Cristã

“Não leiam nem cantem os irmãos segundo a ordem da comunidade, mas façam-no aqueles que edificam os ouvintes”.

Regra de S. Bento, cap. 38

“Não presume cantar ou ler, a não ser quem pode desempenhar esse ofício **de modo que se edifiquem os ouvintes**: e seja feito com humildade, gravidade e tremor por quem o abade tiver mandado”.

Regra de S. Bento, cap. 47

GRANDE TAREFA do cristão é dar glória a Deus. Vimos na 1.^a parte deste artigo (Revista Gregoriana, nov.-dez. 1956, n. 18, p. 38-44) como damos **Glória a Deus** enquanto contemplamos intelectualmente a Verdade Revelada e a proclamamos em assembléia, em união no Espírito Santo. Assim a Verdade contemplada é proclamada em esplendor de Beleza o que vem a significar que a Oração Litúrgica é a contemplação de Deus, da Verdade subsistente, transbordando em amor, sob a forma de adoração e de louvor, com todos os recursos das potencialidades humanas. Estas, sem nada renunciar dos seus meios naturais necessários à perfeição do opus externo, são elevadas ao plano sobrenatural da comunicação misteriosa

D. JOÃO EVANGELISTA ENOUT O. S. B.

entre Deus e o homem resgatado. Assim a oração litúrgica é contemplação, não apenas especulativa, mas que tem o Amor por princípio e por Fim: é assim Devoção. Entrega de si mesmo ao louvor de Deus. Pois Deus: "Tanto si da quanto trova dardore" (Purgat. Canto XV). A vida de louvar de Deus é pois vida de edificação pessoal e está intimamente ligada à vocação de perfeição na Igreja. Essa vida de louvor pertence ao Bispo enquanto chefe de uma comunidade cristã, por direito pleno. Ela pertence ao Religioso como ocasião de um profundo encontro com Deus. O monge, por exemplo, que professa um estado de tendência à perfeição pela separação do mundo e procura de Deus, entra quase naturalmente no âmbito desse "serviço" do louvor, da contemplação, de adoração de Deus na assembléia dos santos. Em especial isso se dá porque adorar é algo que exige **perfeição**. É impossível adorar pela metade, e impossível adorar sonegando alguma coisa, com um ponto abaixo da medida completa. É impossível louvar sem dar tudo, é impossível conceber-se o monge diante de Deus sonegando algo, pedindo que aceite de qualquer maneira, da maneira mais cômoda, que empenhe o mínimo, ou ao menos não tudo.

A missão de louvar, de adorar contemplando exige, nada menos que perfeição como procura e tendência. A vocação à vida monástica pede algo de semelhante, adequado naturalmente às medidas humanas; pede o não parar, o não recuar, o não sonegar sempre alguma coisa, mas o tender permanentemente para a perfeição.

É preciso coragem, é uma aventura, uma certa temeridade alguém se propôr a louvar, adorar, a ser monge, mesmo sabendo que é o Espírito que canta em nós, que é o Espírito que opera nossa santificação. É a aventura de tender à perfeição, de atender ao chamado do "Sêde perfeitos como o Pai celeste é perfeito".

O "Opus Dei" exige êste espírito de tendência, de procura da perfeição (1) como é da essência do próprio espírito religioso, razão porque Opus Dei e Vida Religiosa se adaptam de forma admirável. Até o século XVI, com efeito, o estado religioso da Igreja não podia ser concebido sem a realização solene e coral do Opus Dei, de tal forma o Opus Dei encontrava nos religiosos os seus mais perfeitos realizadores e êstes encontravam no Opus Dei o campo excelente de seu exercício de perfeição de união a Deus. De forma alguma é entretanto o Opus Dei em sua forma coral, como oração pública, da essência do estado religioso. Como oração pública o Opus Dei pertence ao Bispo e a seu clero (Cônegos) do qual participa o povo, a "plebs sancta" já que se trata de oração de toda a Igreja, razão por que já dizia Pio X: "Nosso mais vivo desejo, é que o verdadeiro espírito cristão refloresça de tôdas as maneiras e se mantenha em todos os fiéis; é pois necessário prover antes de tudo à santidade, à dignidade do templo onde os fiéis se reúnem precisamente para encontrar êste espírito em sua fonte primeira e indispensável, isto é, a participação ativa nos mistérios sacrossantos e na oração pública e solene da Igreja" (Motu proprio, 22 nov. de 1903).

Espírito cristão é, sem dúvida, aquêle que aproxima o homem do Cristo, do modelo da perfeição; é o espírito da imitação do Cristo, da procura da perfeição da Caridade que é união com Deus.

(1) O grande inimigo da vida de perfeição é o vício capital da acédia, definida poeticamente por Virgílio a Dante no Canto XVII do Purgatório: "L'amor del bene scemo del suo dover quiritta si ristora"

"Qui si ribalte il mal tardato remo".

É o amor do bem (de Deus) que ficou aquém da sua medida, do que devia ser. É o remo tardo no impulsionar o barco.

O “ O P U S D E I ” C A N T A D O :

A obrigação de tender à perfeição, característica do estado religioso, vem de encontro à necessidade dessa procura de perfeição que o *Opus Dei* exige para si como imperativo de sua própria natureza de ser **louvor externo**: Um “opus” que será bom ou mau, digno ou não, conforme as suas próprias leis forem observadas, o seu próprio bem fôr atingido, ou, ao menos, procurado com todos os meios.

O *Opus* bem realizado louva bem a Deus e edifica as almas que ouvem e participam desse louvor. Seria ocioso mostrar como a música e o canto feitos num verdadeiro espírito litúrgico, servem para edificar as almas. É conhecido através das “Confissões” (cap. 33) como os cantos da Igreja de Milão, onde era bispo Santo Ambrósio, conseguiram tocar o fundo da alma do pecador e hereje Agostinho, que derramava as abundantes lágrimas de recém convertido à Igreja que faria dêle depois o santo e incomparável doutor.

S. Bento, em sua função de legislador da vida monástica, por duas vezes em sua Regra insiste em que o canto e a leitura sejam desempenhados no Mosteiro, tendo-se em vista a edificação dos que ouvem. Com esses dois simplíssimos textos que citamos no início deste artigo, o Patriarca dos Monges do Ocidente estava realmente colocando os fundamentos para a realização perfeita dos Coros monásticos que viriam representar um papel importantíssimo na vida de louvor da Igreja nos séculos seguintes. Preocupando-se com a edificação dos ouvintes, faz S. Bento com que aquêles que são encarregados de cantar, no Mosteiro, “com humildade, gravidade e tremor” (c. 47), comecem, antes de tudo por edificar-se a si mesmos numa cuidadosa preparação técnica do *Opus* que foram chamados a realizar, empregando todo o zêlo possível nessa sua vocação de perfeição tendente para Deus, como objeto do louvor. Não seria preciso dizer que Deus sendo o objeto daquêle louvor externo, a natureza de “querer ser perfeito” desse “*Opus*” ainda mais se acentua e é todo banhado por uma nova luz que lhe confere um grau eminente de perfectibilidade.

Como se vê, o próprio caráter religioso e sobrenatural da oração litúrgica exige a sua perfeição externa como louvor, adoração e, em especial, como louvor do Sumo Ser. Tudo pois que esse louvor externo possa exigir para a perfeição da sua realização técnica, na linha natural, em seu duplo aspecto material e principalmente espiritual, tudo isso, e sempre no plano da maior perfeição própria, tem de ser oferecido ao louvor litúrgico; mais que isso, é assumido pela oração litúrgica e é transfigurado, é transformado de puro elemento técnico, de uma nobreza natural, em elemento de louvor sobrenatural. A técnica será exercitada e empregada não como quem procura apenas a beleza de um *Opus* externo qualquer, para o deleite natural de uma plateia, mas a técnica será exercitada com um espírito de ascese, de exercício da perfeição, para produzir um *Opus* que é essencialmente divino, que será o louvor externo de Deus apresentado pelo Amor da Espôsa sem ruga nem mancha, animada pelo sópro do Espírito Santo. Louvando o Espôso, a Igreja edifica o seu corpo, edificando um por um dos seus membros.

Será, por ventura, através do desprezo aos dotes mais excelentes do espírito humano que a vida da Graça deva exercer-se no mundo? Muito menos o será quando se tratar de exercer um “*Opus*” externo da Igreja visível; nunca desprezará esses recursos naturais e transformá-los-á integralmente, os mais perfeitos na sua própria linha natural, em elementos sagrados, em instrumentos do Espírito Santo, em instrumentos da vida religiosa, da vida sobrenatural. A própria perfeição técnica torna-se assim um elemento de exercício da perfeição religiosa e, como tal, inspirada por todos os elementos próprios a essa perfeição que são todo o aparelhamento

D. JOÃO EVANGELISTA ENOUT O. S. B.

das virtudes infusas, das virtudes teologais e morais, dos dons do Espírito Santo, que o cristão exercita em sua vida de batizado. Se o exercício da arte espiritual o leva a ser arauto, voz da Igreja em seu louvor, o cristão será naturalmente levado a empunhar com o mesmo espírito sobrenatural os instrumentos próprios dessa nova arte de adoração e de edificação dos fiéis.

A síntese hierárquica de todos esses elementos pode ser concebida da seguinte maneira: a **técnica serve à música**; a **técnica** possuída é dominada, espiritualizada pela **arte**, pelo **estilo** que é visão intelectual do "Opus" em seu todo: — E' na inteligência que a vida da arte habita" (Pio X "Jucunda sane"). A **arte realiza** o "**Opus**" e tem por única preocupação o bem objetivo desse "opus". — "L'art procède d'un instinct spontané comme l'amour, et il doit être cultivé comme l'amitié" (Maritain, Art et Scholastique, p. 68).

A música assim concebida como arte serve à **oração** da Igreja do Cristo. Assim a arte faz a obra bela, as virtudes teologais, as virtudes infusas em geral e em especial a virtude de religião faz com que esse **Opus** seja louvor, contemplação, adoração de Deus.

Nessa arte se exerce o monge, se exerce o fiel que quer participar com o seu Bispo e com o clero e o povo da Igreja enquanto pessoa litúrgica.

ORAÇÃO LITÚRGICA E CONTEMPLAÇÃO

A oração litúrgica sendo oração comunitária e vocal não deixa de ser uma profunda contemplação de Deus sob a forma da adoração e do louvor. Como tal, ela passa freqüente e insensivelmente, na própria realização litúrgica para o plano da oração mental discursiva ou mesmo puramente contemplativa, assim como se deixa informar freqüentemente pela oração deprecatória. E' nesse sentido que se ouve dizer que um officio litúrgico "faz rezar", a perfeição do louvor elevou a mente, ou tocou a sensibilidade e fez com que a mente encontrasse a Deus, se perdesse nêlo, ou pedisse, falando com êle. Por aí se vê que a oração litúrgica está intimamente ligada à oração mental; a oração litúrgica tem que ser preparada por ela, deve ser **acompanhada** por ela, segundo o preceito de S. Bento "ut mens nostra concordet voci nostrae" (cap. 19): "que nosas mente concorde com nossa voz" não substituída por ela, quando se tratar de fazer Opus Dei, e por fim deve a Oração litúrgica preparar a alma para um encontro silencioso com Deus. "Na medida mesma em que o Louvor triunfa em uma alma, êle a introduz no âmago da contemplação. Deus fará o resto, se assim lhe agradar. Em seu ponto culminante, o Louvor se completa por um misterioso silêncio". (P. Henri Martin. Vie spirituelle, dec. 1928, p. 312).

S. Bento ordenando praticamente em sua Regra a vida de oração do monge, em primeiro lugar dispõe longamente sobre a oração litúrgica que êle chama sempre de "Opus Dei" ou "Officium", "Opus divinum" e "Laus" dos caps. 8 a 19, sendo que nesse último dá o sentido de "Opus Divinum" quando diz sob o título: "Da maneira de salmodiar":

"Cremos estar em toda parte a presença divina e que "os olhos do Senhor vêm em todo lugar os bons e maus"; creiamos nisso principalmente e sem dúvida alguma, quando estamos presentes ao Offício Divino. Lembremo-nos pois, sempre, do que diz o Profeta: "Servi ao Senhor no temor". E também: "Salmodiai sãbiamente". E ainda: "Cantar-vos-ei em face dos anjos". Consideremos, pois, de que maneira cumpre estar na presença Divindade e de seus anjos, e tal seja a nossa presença na salmódia, que nossa mente concorde com nossa voz."

O “ O P U S D E I ” C A N T A D O :

Acentúa pois, antes de tudo, o valor eminente da presença de Deus e de seus anjos naquêlê lugar em que se realiza o “Opus” divino. O monge é o homem que crê profundamente nessa presença de Deus diante dêsse “serviço” que êle, pobre mortal, é chamado a desempenhar em nome da humanidade, em nome da Igreja. Crendo e compreendendo essa misteriosa verdade, o monge é possuído de um santo temor, de um respeito especial e por isso empregará todos os seus recursos para “salmodiar sâbiamente” diante de Deus e dos anjos. As palavras que estão sendo pronunciadas por êle são palavras de Deus, seu louvor por isso não poderá ser apenas um louvor cercado de veneração, apenas externa; sua mente deverá estar intimamente ligada à sabedoria da palavra inspirada que Deus colocou em sua bôca, por isso: “A mente concorde com a voz”. E’ com a voz entretanto que se está realizando o “Opus” externo de louvor: o Opus Dei.

No cap. seguinte, 20º da Santa Regra, fala S. Bento, da oração, como se diz, **mental**, tanto feita individualmente quanto em comunidade. As poucas palavras do legislador exprimem de modo admirável, pela sua simplicidade e clareza o caráter íntimo, interior e por isso profundamente espontâneo e livre dêsse tipo de oração, que é assim totalmente diverso da realização de um ‘Opus’ de um “Officium” externo de louvor. Intitula-se o cap. 20: “Da reverência na **Oração**” e lê-se:

“Se queremos sugerir alguma coisa aos homens poderosos, não ousamos fazê-lo a não ser **com humildade** e reverência: quanto mais não se deverá empregar tôda a humildade e pureza de devoção para suplicar ao Senhor Deus de tôdas as coisas? E saibamos que seremos ouvidos, **não com o muito falar**, mas com a **pureza do coração e compunção das lágrimas**. Por isso, a oração deve ser breve e pura, a não ser que, por ventura, seja prolongada **por um afeto de inspiração da graça divina**. Em comunidade, porém, que a oração se já bastante abreviada, e, dado o sinal pelo superior, levantem-se todos ao mesmo tempo”.

Como se vê a posição dos valores aqui é diversa, trata-se de uma oração antes de tudo interna: o que vale é a devoção, a pureza de coração e não o muito falar, nem o tempo que se emprega nela. Deve até ser breve, a não ser que um afeto sobrenatural exija mais. Como êsse especial afeto não se supõe existir, ao mesmo tempo, em tôda a comunidade, a oração mental feita em comum deve ser especialmente breve. Os elementos externos, aqui: as lágrimas, o silêncio, o recolhimento acompanham os elementos internos: a inspiração divina, a devoção, a compunção de coração, pois como diz S. Bento em outro capítulo (n. 52) que dispõe sobre “O Oratório do Mosteiro” se um irmão quizer orar, depois de terminado o Ofício Divino, que o faça com simplicidade, “não com voz clamorosa” — S. Bento escrevia em Monte Cassino, para os habitantes da Itália meridional — mas com lágrimas e pureza de coração”. E quem não procede assim, não tenha permissão de ficar no Oratório, depois do Ofício.

Confirma-se assim amplamente a completa distinção entre êsses dois tipos de oração, ainda que sejam êles profundamente ligados entre si e se harmonizem perfeitamente dentro do organismo espiritual do homem de oração. Sem oração mental não pode haver Opus Dei, e êste conduz à oração mental com um novo vigor, como que ampla e maravilhosamente preparada pelo exercício de louvor à luz e sob o impulso do Espírito Santo. Um e outro, Opus Dei e Oração mental, têm entretanto seus instrumentos próprios, seu ambiente, suas maneiras, seus meios para a procura de uma perfeição bem diversa aqui e ali. E’ difícil assistir a um Ofício a um Opus Dei com as disposições de quem vai fazer oração mental: é longo demais: é

D. JOÃO EVANGELISTA ENOUT O. S. B.

barulhento, incômodo, são coisas diversas. E' difícil assistir a uma dramaturgia ignorando seu significado, procurando fazer outra coisa durante a mesma quando está prevista a nossa participação em sua realização; ouvindo, respondendo, aprovando, cantando, calando, adorando. Confundir os meios, o espírito de ambos, é confundir desastrosamente a natureza de um e outro. Sofrerá então mais profundamente o Opus Dei porque é obra comum, depende de muitos, e de um por um, vulnerável, enquanto obra externa que tem o seu bem próprio, e extremamente sensível a qualquer diminuição de ardor, de desânimo, de arrefecimento na procura da perfeição, na procura daquele zelo que é absorvente, daquele zelo devorador pela casa de Deus: "Zelus domus tuae comedit me". Nós fomos postos um pouco abaixo dos anjos e não nos é fácil viver a vida de louvor dos anjos. Não é pouco, porém, antecipar na terra a vida de louvor eterno.

VIDA DE ORAÇÃO E ORAÇÃO VITAL

A oração litúrgica e a oração mental transbordam na existência pela oração vital, a oração contínua do "oportet semper orare et non deficere" (Luc. 18,1) e do "Sine intermissione orate, In omnibus gratias agite". (1 Tess. 5,17. Com efeito, esses dois textos têm sido entendidos no sentido de uma oração contínua. No primeiro (Luc. 18,1 ss) Jesus fala-nos daquele juiz sem temor de Deus que entretanto para se livrar dos contínuos pedidos e súplicas de uma viuva que o não deixava tranqüilo, acabou fazendo justiça a ela, concedendo-lhe o que queria. "Deus, por ventura, não faria justiça aos seus cleitos que noite e dia clamam por ele?" (ib. 18,7). De onde parece que o "é preciso sempre orar e não desistir", se refere a uma oração expressa, deprecatória que devemos dirigir freqüentemente a Deus para que se apiede de nossas misérias e necessidades, mas não será uma oração contínua propriamente, implícita em outros atos. (1) Já o texto paulino (1 Tess. 5,17) sugere algo de contínuo, sem cessar, e implícito em outras coisas, principalmente na frase: "em tudo dai graças" pois, explica o Apóstolo, todas as coisas que acontecem são a vontade de Deus em Jesus Cristo, a vosso respeito, logo devemos recebê-las, vivê-las em espírito de ação de graças, encarar-las na visão do Espírito Santo. Logo em seguida diz o Apóstolo: "Não extingui o Espírito". De fato é o Espírito que reza em nós, em todos os nossos atos, em todas as nossas atitudes, em todas as nossas posições diante de fatos e pessoas que nos cercam, desde que sejamos dignos desse Espírito, desde que nossa vida de união explícita e consciente com Deus através da vida sacramental e da vida de oração nos ponham nesse ambiente de Graça diante de Deus. Estamos assim frente ao problema da oração contínua.

(1) No sentido desse orar explícito e assíduo, encontramos entre os "instrumentos das boas obras" da Regra de S. Bento (cap. 4) o seguinte apoftegma: "Dar-se freqüentemente à oração". Quanto à oração propriamente contínua e explícita, já não seria o caso de um apoftegma, mas de todo o conjunto dos "instrumentos" e de todas as disposições da Regra que ordenam a vida do monge para a posse da Caridade perfeita. São aliás esclarecedoras as palavras que encerram o referido cap. 4: "Eis, aí os instrumentos da arte espiritual: se forem postos em ação por nós, **dia e noite, sem cessar**, e devolvidos no dia do juízo, seremos recompensados pelo Senhor com aquele prêmio que Ele mesmo prometeu: "O que olhos não viram, nem ouvidos ouviram, preparou Deus para aqueles que o amam". São os clustros do Mosteiro e a estabilidade da Comunidade a oficina onde executaremos diligentemente tudo isso". Através desses "instrumentos", une-se o monge, "dia e noite, sem cessar", com Deus, ora continuamente,

O “ O P U S D E I ” C A N T A D O :

Esse problema foi de grande importância para os antigos monges e para os primeiros Padres em vista das dificuldades de uma equilibrada e reta interpretação do mesmo. Certas correntes de monges (osmessalianos ou eutiquitas por exemplo) caíram em vários exageros ou soluções esquisitas para essa questão da oração contínua.

Clemente Alexandrino estuda a figura do perfeito gnóstico que é o homem que chega ao conhecimento mais alto de Deus e assim a solução de Clemente para o problema da oração contínua é que ela é própria do gnóstico. A oração contínua é uma perpétua união da inteligência com Deus, que entretanto envolve a vida do gnóstico inteiramente em tôdas as suas energias e atividades. E' uma oração “existencial” (Békés: ‘De Continua Oratione — Clem. Alex. Doctrina’, Romae, 1942 p. 94) uma transformação total do homem em servidor de Deus, pela adoração, ação de graças, a prática dos mandamentos, as obras de caridade etc. Este verdadeiro “estado de Oração” pressupõe a purificação da alma e da inteligência pela prática das virtudes e pelo conhecimento (gnosis) de Deus. E' um estado contemplativo: é a conformidade com o Logos, graças à qual o gnóstico “rezará em tôda parte, não explicitamente, nem sendo visto por outros, mas quer esteja passeando, ou conversando, ou em repouso ou lendo, ocupado com obras que são aprovadas pela razão (logos), reza de tôdas as maneiras”. Stromata VII, 49,6-7).

Transportando as idéias de Clemente para um campo mais amplo, não só de um cristão especialmente perfeito quanto ao seu conhecimento de Deus, mas para o campo do cristão comum, pois a todos é dado o mandamento de rezar sempre, podemos dizer que a oração contínua é um **estado de oração** existencial é uma continuação através da santidade da vida, da retidão de cada ato, informado pela caridade, é uma continuação da união da mente com Deus, mais, continuação da união de amor, de afeto com Deus, **explicitamente** realizada na oração litúrgica e na oração particular que agora continúa **implicitamente** contida em cada ato que tem o seu objeto próprio e particular. Esta oração contém tudo que contém a oração explícita, ela é também louvor, ação de graças, adoração e deprecação, chegando, quantas vezes no dia, até ao limiar da oração explícita e mesmo passando à clara oração explícita ou mesmo vocal. E' um permanente estado de “lembrança de Deus” ou de presença de Deus, continuação da força obtida nos encontros abertos e explícitos com Deus. E' próprio do amor fazer presente em tudo e a todo tempo o seu próprio objeto, muito especialmente quando este objeto é o Rei de tôdas as coisas que enche com sua presença todo o Universo e o mais íntimo do Coração humano; pois é através de uma união de amor extremamente forte realizada na oração litúrgica e na oração mental e individual, que a presença de Deus permanecerá viva nos atos, no existir de cada cristão alimentado e sustentado por tôdas as fontes de Graça que Deus pôs à sua disposição enquanto membro da Igreja Santa e Santificadora.

Dessas considerações se segue que a íntima interdependência das diversas formas de oração, uma dando a outra tôda a riqueza adquirida pelo contato com Deus, faz com que se espanda no próprio viver cristão de cada dia, de cada instante a força, a “virtus” de uma certa presença de Deus contínua. Essa presença de Deus na vida, que brota da oração é uma presença de caridade, de caridade para com o próximo, enquanto se ama a Deus no próximo que compartilha conosco, por disposição providencial, os minutos e as horas dos nossos dias. Essa presença de Deus na vida faz da própria vida uma oração contínua e da existência na caridade uma vida de permanente oração, uma oração vivida. Essa a doutrina expressa, até mesmo com as palavras que usamos acima, no cap. 66 do “Dialogo della Divina Providenza” de Santa Catarina de Sena.

D. JOÃO EVANGELISTA ENOUT O. S. B.

Santa Catarina exprime em seu Diálogo com Deus a doutrina que a oração, a verdadeira adoração de Deus nasce da consideração que a criatura humana faz de si mesma, de sua verdadeira condição de miséria, da limitação de seu Ser finito em face do conhecimento da Bondade e Grandeza infinitas de Deus. Dessa consideração surge a adoração, a oração vocal que será útil à alma e agradável a Deus. Essa oração vocal é, entretanto, imperfeita e deve conduzir à "oração mental perfeita", de forma que sentindo-se a mente disposta à visita silenciosa de Deus, que se cale a oração vocal, a não ser, diz Santa Catarina expressamente, que se trate do Ofício Divino a que estão obrigados os clérigos e religiosos. A oração perfeita não se adquire pois com muitas palavras mas com o afeto do desejo que se eleva daquêlê mútuo conhecimento de Deus e de si; subindo a Ele com o conhecimento de si. Ora aquêlê Santo desejo, isto é **ter santa e boa vontade** é "**continua orazione**". Essa vontade e desejo pode, dadas as circunstâncias, levar à oração vocal ou mental, em outras circunstâncias, torna-se contínua, segundo o exige a caridade para com o bem do próximo, segundo este aparece como necessitado. "Tudo que se faz vocalmente ou por atos pelo bem do próximo é um orar atual", é um "orar na caridade para com o próximo." Tudo isso é afeto da caridade. "**Il quale affeto di carità**

Esta também, sem dúvida, a doutrina espiritual de S. Bento que propondo-se apresentar a norma para aquêles que procuram "a verdadeira e perpétua vida" organiza a vida monástica como vida de adoração e de louvor: Ofício Divino, Oração, leitura, silêncio; põe o monge de tal modo unido a Deus que o resto de sua vida de trabalho é tôda marcada por um exercício contínuo da presença de Deus. Vivendo os graus da humildade tem o monge a Deus presente em todos os lugares e momentos, "sentado, andando ou em pé... tenha-se já como presente diante do tremendo juízo de Deus". (cap. 7.º, 12º grau da humildade). Participando a cada instante da paixão do Cristo, vivendo a obediência do Cristo, vendo no Abade e nos irmãos o Cristo; Vendo-O no hóspede, no pobre, no doente, o monge vive aquela contínua caridade, aquêlê continuo amor a Deus na pessoa do próximo, que é oração contínua. Sua visão sobrenatural das coisas, esta sua oração permanente fará com que veja até os próprios objetos como algo de sagrado, como algo que foi incorporado ao seu ambiente de oração contínua e de contínua ação de graças.

Dessa forma edifica-se o mosteiro como cidade santa, à medida que se edificam as almas nessa comunidade de louvor de Deus. E' da vida de oração litúrgica que glorifica a Deus que brota todo êsse fluxo de vida do Espírito Santo, de vida na Caridade que acolhe em si tôda a vida do cristão em busca da perfeição, transfigurando-a até às suas mais periféricas manifestações. "Ut in omnibus glorificetur Deus" "que em tudo seja Deus glorificado" (c. 57) eis uma palavra da Santa Regra que se tornou como que um lema beneditino: que a vida do monge, em tôdas as suas manifestações, seja integralmente uma glorificação de Deus, um dar Glória a Deus. Essa palavra resume em si tudo o que procuramos dizer sôbre a Vida de Oração em geral, que tem o Opus Dei, realizado em sua maior perfeição: o Opus Dei cantado, como fonte da vida de Glorificação de Deus e da vida de edificação cristã.

Hino de São Bento

PAUL CLAUDEL

+ PAX +

Bento, quando sai da infância, escuta essa palavra calma
Que nos dirige o Cristo:
"Ganhar o mundo para o homem, se êle perde a alma,
De que serve isto?"
Ah! se suas paixões, ao acaso, como cabras que pastam
Por aqui, por ali,
Senhoras do seu dono, o seu pastor arrastam,
Escravo atrás de si!
Teremos acaso uma outra alma para deixar assim a nossa
Dissipar-se de todo?
Taça corrupta, águas de adúltera fossa,
Só haverá em nós fonte de lôdo?
— Por isso Bento, báculo na mão, põe-se em marcha sozinho,
Empurrando as ovelhas com jeito
Pela estrada invisível e segura, êsse caminho
Mais fácil, que é o estreito.
Pois o deserto é grande e grande o pantanal,
Mas humilde a estrada que serpeia;
Quem um dia a deixou só encontra afinal
A areia igual à areia...
Renuncia, alma em caminho, a êsse duplo deserto, sul e norte.
Renuncia (será assim tão duro?)
À fome, à sede, à morte!
Como é bom para o homem se sentir seguro!
Seguro dos seus pés, seguro do caminho, seguro do que vem adiante,
Seguro da sólida cruz,
Seguro de tôda a Igreja que caminha conosco triunfante,
Seguro do Pai que nos conduz!
Feliz o homem que plantou a cruz no centro de sua praça,
Feliz o que abriga Deus no coração
E cujo pensamento sobe ao céu sete vêzes ao dia, fumaça
Do côro em oração!
Feliz êsse homem regular, a alma ao corpo aliada,
Que transformou a jaula em clausura,
Êsse soldado negro que não perde nunca, veste em escudo transformada,
Contacto com a sepultura.
Estaremos certos de voltar a Deus, para correr o risco de perdê-lo?
Meu filho, escuta o preceito.
Estamos mais certos do perdão quando tratamos de merecê-lo,
Vai-se mais depressa indo direito.
E por que, por causa das coisas da terra, tanto se afligir e atormentar,

Quando é tão fácil nada ter ?
 Por que discutir e falar tanto, quando é tão fácil calar ?
 Esta noite vamos todos morrer.
 Come o teu Deus e cala-te ! Caminha, trabalha, obedece !
 Sobre ti repousa a minha graça.
 E se o próprio Deus diz que isto basta, haverá outra prece,
 Outro pedido que se faça ?
 O ato vale mais que a palavra. Em vez de pretender vencê-lo, é mais
 prudente

Evitar Satanás.

Em vez de querer lutar contra o mundo é melhor puxar o capuz simples-
 mente,

Sem olhar para trás.

Se o próprio Deus permanece no seu templo, por que voltarmos para o
 choro,

Para o caos que há lá fora ?

E se a nossa felicidade no céu será cantar num só coro.

Por que não começar desde agora ?

Se nossa felicidade no céu será o amor, por que a guerra então?

Por que nos separarmos dêsse jeito?

Juntemos nossas vozes uma à outra. Cada uma exige a do irmão

Para o acorde perfeito.

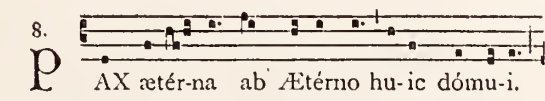
Felizes os filhos reunidos e mtôrno de seu pai S. Bento !

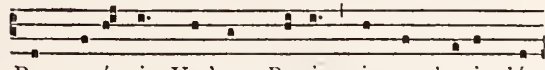
Feliz o discípulo que traz

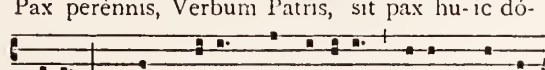
Na sua bôca sem palavras, como um sim grave e lento,

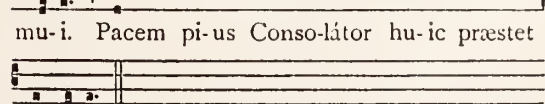
A aceitação da paz !

Tradução de D. Marcos de Araújo Barbosa, O. S. B.

8. 
 AX ætér-na ab Ætérno hu-ic dómu-i.


 Pax perénnis, Verbum Patris, sit pax hu-ic dó-


 mu-i. Pacem pi-us Conso-látor hu-ic præstet


 dómu-i.

1.º CONGRESSO INTERNACIONAL DE PASTORAL LITÚRGICA

Assis - Roma - 18 a 22 de Setembro de 1956

Nossos leitores já terão certamente sido informados, pela imprensa diária, do aspecto do 1.º Congresso Internacional de Pastoral Litúrgica, realizado em Assis, de 18 a 22 de setembro passado, e encerrado em Roma com importante discurso pronunciado pelo Santo Padre na audiência especial concedida aos Congressistas.

Tomaram parte nos trabalhos: cinco Cardeaes, entre os quais o Cardeal Prefeito da Congregação dos Ritos acompanhado de diversos de seus imediatos colaboradores, cerca de sessenta bispos e abades, 1300 padres e religiosos, algumas religiosas e um pequeno número de leigos. (1)

Resultado seguramente brilhante quanto ao número dos participantes e à perfeição da organização material dos múltiplos e pesados serviços: todo o mérito deve ser atribuído ao estado-maior dos diversos Centros Litúrgicos (Centro di Azione Liturgica d'Itália, C. P. L. de Paris, Liturgischen Instituts de Trèves, Centro di Liturgia Pastorale de Lugano), sob a direção do distintíssimo Presidente do Centro italiano, S. Excia. Sr. Carlo Rossi, bispo de Biella.

Constatemos, antes de mais nada, a cordialidade dos contactos pessoais que tivemos a ventura de estabelecer no decorrer do Congresso, atitudes diferentes, certamente, por vèzes contraditórias, não impediram que as relações de indivíduo a indivíduo fossem sempre pacíficas e verdadeiramente fraternas. Deixamos Assis convictos de que, não existe, entre os liturgistas, nenhuma irreparável "questão de pessoas".

A AUTORIDADE PRESIDE E FALA

Não são, entretanto, anedotas (e algumas houve aproveitáveis) que de nós esperam os leitores a respeito dêste Congresso, mas um resumo comentado das teses ali debatidas e o éco das reações provocadas pelas mesmas.

Em primeiro lugar, porque intitulá-lo: **Primeiro Congresso Internacional?**... Não faria o Congresso de Assis seguimento aos precedentes encontros internacionais havidos em Maria-Laach (1951), Santa Otília (1952) e Lugano (1953)? Certamente, pois foram os mesmos os organizadores que tiveram a iniciativa de realizá-lo. Mas o que houve de original em Assis e que concedeu a êste Congresso o direito de intitular-se efetivamente como o primeiro de uma nova série, era muito mais do que uma nuance no título, quando aparece pela primeira vez o termo "Pastoral", — a intervenção oficial e pública da Santa Sé. Enquanto em Lugano, por exemplo, a Congregação dos Ritos só se representára por "observadores", em Assis, o Cardeal-Prefeito presidiu em pessoa, e ao pronunciar o discurso inaugural, sobre o qual voltaremos a falar, quem poderá ter duvidado de que falava com plena consciência de suas graves responsabilidades mas sobretudo com toda a autoridade conferida pelo alto cargo que exerce? Mais ainda: o Congresso encerrou-se em Roma com uma alocução do Santo Padre.

Convém não esquecer um só instante, pelo hábito de ouvirmos Pio XII dirigir-se a representantes de todas as profissões com uma oportunidade de

(1) Embora pouco numerosos os Brasileiros no Congresso, a *Revista Gregoriana* ali esteve oficialmente representada pelo Redator-Chefe da *Revue Grégorienne* que subscreve estas linhas.

termos e um acêrto de conclusões que provocam a admiração do mundo inteiro, convém não esquecer, repito, que quando o Santo Padre dá ensinamento doutrinal sôbre alguns pontos atinentes ao dogma e à liturgia "que lhe tocam muito de perto" (segundo suas próprias palavras), exerce então, de maneira manifesta, seu officio de Pastor e Doutor e sua palavra torna-se assim uma autêntica expressão do Magistério ordinário da Igreja.

A característica principal desde 1.º Congresso Internacional foi, pois, a presença vigilante e ativa da Autoridade suprêma em matéria litúrgica: o Soberano Pontífice e o Cardeal Prefeito da Congregação dos Ritos. É natural, e não devemos disso admirar-nos, que houvesse algumas divergências entre os pontos de vista da Autoridade que pela primeira vez tomava o encargo da conduta doutrinal dos trabalhos de um Congresso de Liturgia, e as opiniões de certos conferencistas habituados a se expressarem sem contrôle nos encontros precedentes: são atritos quasi inevitáveis que precedem, de ordinário, as mudanças de direção.

Sem pretender dar aqui uma análise detalhada de todos os relatórios apresentados ao Congresso (não nos faltará ocasião de voltar aos mais interessantes), indicaremos, entretanto, rapidamente, a linha geral dos principais trabalhos. Começemos, como de direito, pela parte incontestavelmente a mais sólida e duradoura: os pontos de doutrina estudados pelo Santo Padre e o Cardeal-Prefeito.

Em seu discurso inaugural referiu-se longamente o Cardeal Cicognani à obra de reforma litúrgica do Pontificado de Pio XII, dando assim início às Conferências que, sôbre este tema, se sucederiam nos demais dias.

Insistiu depois, com uma energia que impressionou, sôbre duas questões que embora não expressamente previstas no programa de trabalho do Congresso estavam, contudo, particularmente na ordem do dia: o desconhecido valor da missa celebrada sem assistência dos fiéis, e a alta conveniência da manutenção do latim como língua litúrgica, conforme opinião da Igreja. Em seu discurso de encerramento, devia o Sto. Padre insistir nêstes dois pontos, longamente sôbre o primeiro e mais ligeiramente sôbre o segundo, em termos, porém, dispensando maior desenvolvimento.

CELEBRAÇÃO E CONCELEBRAÇÃO

Já tivemos conhecimento, em seguida ao discurso pontifício de 2 de novembro de 1954, de que certos Congressos de liturgia, nacionais e internacionais, tinham tido ocasião para a celebração de missas "Comunitárias": **Um só padre celebra a missa e os demais (totalmente ou em grande número) assistem a esta missa única e nela comungam das mãos do celebrante.** (2) Assim em Lugano (Congresso internacional) em 1953, assim em Munich (Congresso nacional) em 1955, mas não nos Congressos anuais do C. P. L. de Versalhes, onde um esforço sério de organização permitiu a todos os sacerdotes celebrar missa diariamente. E Pio XII tinha então indicado as condições indispensáveis para que esta prática Comunitária pudesse ser autorizada pelo Ordinário local: seria necessário, além de uma causa justa e razoável, ser evitado todo perigo de escândalo para os fiéis e, principalmente, não proviesse este modo de agir de um êrro doutrinal com referência ao valor das missas privadas e da natureza do sacerdócio. Certos indícios fazem supor (3) que em Assis contava-se fazer da missa pontifical

(2) Cf. *Révue Grégorienne* 1955, pg. 73.

(3) Para não citar senão um, que nos pareceu decisivo: no horário de cada dia a hora do café da manhã estava marcada para depois de 10 horas, ao término da missa solene.

CONGRESSO DA PASTORAL LITÚRGICA

quotidiana u'a "Missa Comunitária" dêste gênero. Concluiu, entretanto, a Santa Sé pela não existência das condições requeridas para a realização de tal rito:

1.º Pode cada padre, formado em particular, ter certamente razões pessoais, perfeitamente justas e razoáveis, para abster-se de celebrar; mas é inverosímil pensar que, em mais de mil sacerdotes presentes, tivessem todos igualmente razões pessoais que legitimassem uma abstenção geral durante três dias. A causa única, justa e razoável para justificar uma abstenção coletiva, parece ser a impossibilidade material de se encontrar altares em número suficiente para que a celebração se pudesse realizar em tempo conveniente. Ora, em Assis, menos do que em qualquer parte, seria válida esta razão, caso tomadas de antemão as devidas providências.

2.º A "miratio populi" manifesta-se cada vez mais, perante a pouca estima de certos padres pela celebração da missa e pela estranha propensão de assim se reduzirem, êles próprios, à "Comunhão leiga". Eminentemente prelado francês falou-nos a respeito do escândalo causado em Lourdes diante da abstenção voluntária de tais sacerdotes, vindos entretanto em peregrinações, e que não tinham, pelo menos todos êles, a desculpa de não disporem do tempo e do altar necessários para uma digna celebração.

3º Enfim, o êrro teológico sôbre o valor das missas privadas e a natureza do sacerdócio, não parece, infelizmente, ter estado completamente ausente! Sabe-se que encontrou em nossos dias, mesmo entre teólogos de renome, doutrinadores, e em meio a nossos múltiplos contatos e conversações, verificamos quanto essas idéias, veiculadas imprudentemente por certa parte da imprensa litúrgica, tinham, infelizmente, feito caminho... Na base dêste menosprezo pela missa privada, existe uma perversão prática da noção de liturgia e um desequilíbrio na concepção do culto cristão: não se quer admitir ou preocupam-se pouco em considerar que a liturgia é, **antes de tudo**, para Deus e para a manifestação de sua glória: só a consideram em sua utilidade, (muito real, certamente), para os homens, esquecendo, aliás, muitas vêzes, que a **liturgia**, como tão oportunamente salientou o Santo Padre, **não exaure o campo de atividade da Igreja, sobretudo no que concerne seus encargos de ensino e de pastoral.**

A liturgia da missa, diria ainda o Santo Padre, **tem por finalidade exprimir sensivelmente a grandeza do mistério que aí se realiza, e os atuais esforços tendem a fazer com que os fiéis nela participem da maneira a mais ativa e inteligente possível. Embora seja justificável êste objetivo, corre-se o risco de provocar uma diminuição do respeito, caso desviássemos a atenção, que deve estar concentrada sôbre o ato principal, para dirigí-la sôbre o esplendor de outras cerimônias.**

Inúmeras vêzes, com efeito, apresenta-se a missa como uma pregação entrecortada de cânticos, em combinação com quatro procissões ou então como banquete fraternal com **toast** do presidente! E' claro que, nestas condições, a ausência de assistentes torna perfeitamente inútil a leitura da Sagrada Escritura, impossíveis as procissões, irrealizável a refeição de família e descabido o monólogo de um presidente sem administrados. A missa destinava-se à assembléia: sem assembléia, inútil a missa. **Não celebremos**, — já ouvimos alguém explicar —, **porque minha comunidade não está comigo...**

Em duas palavras, colocou Sua Santidade as coisas nos devidos lugares, restabelecendo o essencial da Missa: **Actio Christi** e, daí decorrente, ação de toda a Igreja que lhe está unida. A missa é o exercício do Sacerdócio do Cristo pelo ministério do padre celebrante, **personam Christi gerens**. Daí

decorre o valor de tudo o mais e caso cessasse qualquer liame direto externo entre o padre e os fiéis, a *Actio Christi* conserva seu total valor latrêutico, sendo, como é realmente, uma Ação de todo o Corpo místico, e seus benefícios atingem, apesar disto, os fiéis legitimamente ausentes, aliás representados sempre, de maneira visível, pelo indispensável acólito... Mesmo quando a Consagração se realiza — fala o Papa com toda a precisão — sem fausto e com inteira simplicidade, ela é o ponto culminante de toda a liturgia do sacrifício... Quando é operada validamente a consagração do pão e do vinho, cumpre-se a ação do próprio Cristo. Mesmo quando tudo o que se lhe segue não pudesse ser cumprido, nada faltaria de essencial à oblação do Senhor.

Parecerão a muitos, bastante elementares estas verdades. E, no entanto, julgou o Santo Padre indispensável recordá-las, não perante uma multidão pouco instruída, diante de um Congresso de especialistas...

Sendo esta a situação, o Congresso beneficiou-se durante três dias do rito da "Capela Papal", isto é, de uma missa pontifical, cantada por um Cardeal no altar papal da Basílica patriarcal de S. Francisco, desenrolando-se as cerimônias como se o Papa estivesse presente no trôno.

Per benignam concessionem S.S. Domini Nostri Pii Divina Providentia Papae XII, rezava a rubrica que encimava o programa oficial do Congresso, **habebitur "Capella Papalis"**.

.....
In supradicta Capella Papali, Communio non distributor.

Só restava celebrar a missa em particular, (alguns já vinham, aliás, com esta intenção, (4) mesmo no caso de haver "Missa Comunitária") ou então de comungar na missa privada de algum confrade, quites a não comparecer em seguida à "Capela Papal", qualificada pejorativamente por alguns de "Missa Conventual".

Uma solução que teria de uma vez, dado resposta a todos os problemas, consistiria naquilo que o Santo Padre denominou de "**Concelebração verdadeira**": todos os padres presentes pronunciando efetivamente a fórmula de consagração com o principal celebrante... Mesmo sem falar das dificuldades práticas da inauguração deste rito com tão grande número de celebrantes, era evidente que os erros doutrinários então em voga sobre a questão, a resistência aberta — assinalada pelo próprio Santo Padre — que os apologistas da pretensa concelebração não formulada opunham ainda às sábias advertências do discurso pontifical de 2 de novembro de 1954, assim como as lamentáveis iniciativas tomadas em matéria tão delicada por certas comunidades sacerdotais, — impossibilitavam a concessão, pela Santa Sé, de medida, em si, tão desejável. Exemplo vivo do retardamento de uma útil e interessante reforma devido à culpável independência de pensamento e ação, o que bem demonstra que nada se ganha em querer ir muito rápido ou longe demais.

(4) Segundo as estatísticas, não eram em grande número e pode-se afirmar que não tiveram facilidades para fazê-lo: assim o Secretariado do Congresso, tomados de surpresa, só tinha reservado quatro altares para cerca de quarenta padres (entre os quais um Cardeal e seis bispos ou abades), hóspedes dos Beneditinos de S. José.

Entre as razões da abstenção em massa da assistência à missa na "Capela Papal", (sobretudo nos últimos dias), convém dizer que a fadiga física era realmente grande após estes dias de muito movimento e excessivo calor. Muitos sacerdotes, pelo número reduzidíssimo dos bancos, tinham sido obrigados a assistirem de pé as cerimônias do primeiro dia.

CONGRESSO DA PASTORAL LITÚRGICA

A LINGUA LITÚRGICA

A segunda questão a ser abordada pelo Cardeal-Prefeito e retomada mais tarde pelo Santo Padre, foi a respeito do latim. O Cardeal foi muito claro: não punha em debate, naturalmente, as concessões já feitas, das quais as mais recentes assinadas por ele próprio; falando, porém, a sacerdotes e retomando o ensinamento das últimas encíclicas, fez o elogio da língua litúrgica, guarda da integridade da doutrina e sinal manifesto de unidade.

Boa parte do auditório parecia, visivelmente, pouco habituada a tal linguagem que não apresentava, entretanto, nada de surpreendente para aqueles que se mantêm ao corrente do pensamento da Igreja expresso periodicamente nos documentos pontifícios. E durante os dois dias subsequentes foi esta incompreensão sublinhada por uma série de repetidos e insistentes aplausos saudando interminavelmente a menor alusão — mesmo a mais anódina — ao uso da língua vulgar. Minutos inquietadores e penosos para aqueles que ainda acreditavam ser a liturgia católica, segundo o clássico adágio, uma escola de obediência e de respeito sobrenatural! Se para muitos, queremos crer, mesmo para o maior número, estas manifestações tinham unicamente por fim, embora de maneira desastrada, apresentar à Autoridade presente uma simples petição, provocada por um zelo de eficácia pastoral imediato e feliz (esquecidos, talvez, da influência muito mais profunda e universal realizada pela graça no seu plano incontrolável), — para outros, que expressavam claramente reflexões que se pode classificar, no mínimo, como surpreendentes — estas manifestações podiam tomar o aspecto de uma campanha organizada para forçar, a qualquer preço, maiores concessões. Para estes últimos, era evidente que as concessões já conseguidas para o Ritual, as leituras bíblicas e, em certos países, para uma parte dos cantos, não eram senão uma etapa provisória e, que o fim visado pela campanha atualmente em curso, era obter a liturgia integralmente em linguagem vulgar. (5) A atmosfera só se desanuviou um pouco quando, à noite do segundo dia, — tendo sido o Cardeal Cicognani, por enfermo, obrigado a regressar a Roma —, o Cónego Martimort, speaker das sessões do Congresso,

(5) Correndo o risco de surpreender nossos leitores brasileiros, devemos relatar o que uma personalidade de grande destaque no mundo litúrgico francês nos declarou textualmente, pouco antes do Congresso: “Enquanto o celebrante não puder dirigir-se ao povo na língua que ele compreende, não passará de um simples figurante”.

Outros indícios, neste mesmo sentido, revelava a exposição de livros litúrgicos realizada nos sub-solos da sala de sessão do Congresso; via-se, em particular, folhetos impressos, dos Próprios da missa, em alemão, sob uma melodia gregoriana. Proveniente de um Congresso litúrgico americano, distribuiu-se um dia, à entrada da sala de sessões, um manifesto onde se reclamava a missa dos catecúmenos e o ofício divino, integralmente, em língua vulgar. E os resumos das conferências, redigidos pelo Secretariado do Congresso para os correspondentes da imprensa, pareciam particularmente interessados em chamar a atenção sobre as reivindicações nesse sentido.

(5) Embora de maneira menos aparente, é ainda este mesmo espírito que inspirou as discriminações feitas a propósito das “comunicações breves”; não faltou tempo para que Monsenhor Bispo de Troia pudesse repetir, pela segunda vez, e mesmo com certa insistência — a propósito do

fêz uma declaração pacificadora, precisando bem qual podia e devia ser o sentido dos aplausos manifestados pelos auditores e concitando-os a uma sábia moderação.

As conclusões do Santo Padre não deram margem a qualquer ambiguidade. Existe da parte da Igreja, declarou êle, em face à liturgia atual uma preocupação de progresso mas também de conservação e defesa. E passou a desenvolver êstes dois aspectos:

PROGRESSO: A Igreja retorna ao passado sem copiá-lo servilmente e cria qualquer coisa de novo nas próprias cerimônias, no uso da língua vulgar, no canto popular e na construção das igrejas.

CONSERVAÇÃO E DEFESA: Seria supérfluo, entretanto, recordar ainda uma vez os graves motivos que levam a Igreja a firmemente conservar, no rito latino, a obrigação absoluta para o padre celebrante, de empregar a língua latina, assim como, caso seja o Santo Sacrifício acompanhado pelo canto gregoriano seja êste executado na língua da Igreja.

O Papa confirma, pois as recentes concessões que dizem respeito ao uso da língua vulgar e ao lugar concedido ao canto popular pela Encíclica *Musicae Sacrae* (computada por êle no número dos três grandes documentos litúrgicos do seu Pontificado), lugar êste excluído da liturgia solene. Mas fixa, ao mesmo tempo, limitações precisas à extensão dêste movimento: seja qual fôr a hipótese, o celebrante continuará a falar em nome da Igreja na língua da Igreja, e as melodias gregorianas, que são a música oficial da Igreja, não deverão ser adaptadas a textos em língua vulgar para os quais não foram criadas. Simples advertências mas que bem demonstram que a Igreja não está disposta a deixar ultrapassar certos limites e que seria perigoso empenhar-se o futuro num sentido com o qual ela não estaria, em absoluto, de acôrdo.

São êstes os dois pontos de atualidade sôbre os quais o Congresso de Assis terá obtido resultado positivo e duradouro pois ali foram tratados pela única Autoridade com poder decisivo para dar a última palavra na matéria em debate:

recordar os princípios que regem a teologia da missa, pondo em destaque o valor das missas privadas, e definição da verdadeira concelebração;

recordar os limites além dos quais não quer a Igreja comprometer-se no que concerne ao uso da língua vulgar, e as medidas de proteção já tomadas para salvaguarda da pureza do canto gregoriano, daí decorrendo a integridade da liturgia solene.

Devemos referir-nos igualmente a outros temas abordados pelo Santo Padre em sua substanciosa alocação: liturgia função vital de tôda a Igreja; modo de colaboração entre a hierarquia e os fiéis na liturgia; o ensinamento e a pastoral da Igreja também se exercem fora da liturgia; diretivas para um melhor conhecimento do culto ao S.S. Sacramento; vantagens que adviriam ao espirito litúrgico de uma meditação sôbre a **Infinita e divina majestas Christi**.

Ritual latino-italiano de Lugano, — tudo quanto já havia dito o Cardeal Gerlier, com tôdas as **nuances** e esclarecimentos necessários, na sua conferência; enquanto que para que a palavra fôsse parcimoniosamente concedida a Monsenhor Romita que devia encarar o problema da língua litúrgica em sua comunicação sôbre os textos dos novos ofícios e dos Próprios diocesanos, foi preciso empenhar-se a fundo tôda a autoridade do Cardeal Cicognani, e, em seguida à sua partida, de Monsenhor Rossi.

CONGRESSO DA PASTORAL LITÚRGICA

A OBRA LITÚRGICA DO PONTIFICADO DE PIO XII

Resta-nos resumir agora as exposições dos diversos conferencistas, panorama impressionante da obra litúrgica do Pontificado de Pio XII. Apresentaremos inicialmente aquelas que mais destacaram os três aspectos que no dizer do próprio Santo Padre, caracterizam as intenções do seu Pontificado: progresso, conservação, defesa. Só este trabalhos formam um conjunto magnífico, na sua perfeita homogeneidade.

Merece especial menção a exposição teológica do Revmo. Dom Capelle que confrontou esclarecidamente a doutrina das Encíclicas *Mystici Corporis* e *Mediator*, mostrando como a noção da Igreja, definida no primeiro documento havia sido aplicada no segundo para um estudo da liturgia "Culto integral do Corpo Místico de Jesus Cristo, Chefe e membros", tão claro que, caso fôsse invertido, os erros sobre a natureza da Igreja ocasionariam dificuldades inextricáveis no domínio litúrgico.

Perece-nos evidente, com efeito, que aquêles, tentados, por exemplo, a opôr em liturgia obediência e caridade, observação às leis e bem das almas subscrevem, ao menos implicitamente, a distinção protestante entre "Igreja jurídica" e "Igreja da caridade", erro pernicioso muitas vêzes denunciado por Pio XII pelas graves conseqüências que inevitavelmente acarretaria em diversos outros setores, além do litúrgico.

E com tôda a autoridade que lhe conferem sua longa fôlha de serviços em prol do movimento litúrgico contemporâneo, o Abade de Mont-César alertou as novas gerações contra uma mentalidade, ai de nós! muito corrente em nossos dias, concitando-as a não dar facilmente ouvidos aos que dizem que a Igreja não sabe, a Igreja não pode ou não quer, a Igreja não vê! Incitou-as a não procurar nessas perigosas ilusões pretexto para iniciativas contrárias à própria liturgia, que só se torna "culto integral do Corpo Místico" quando instituída e regulamentada pela Hierarquia.

Estas declarações, entremeadas da leitura de passagens mais características da "Mediator Dei", não procuravam, sem dúvida, provocar ruidosa e espetacular manifestação de entusiasmo... Não importa: a atitude dos Prelados que presidiam as sessões do Congresso, assim como o discurso de encerramento do Santo Padre, terão dado a Dom Capelle a invejável satisfação de constatar que a Igreja pensava exatamente como êle.

A esta magistral exposição convém juntar a do Rev. P. Bea, s.j. sobre o **Valor pastoral da palavra de Deus na liturgia**, de uma profundidade e equilíbrio que nada deixavam a desejar. O antigo Reitor do Instituto Bíblico salientou o especial valor que adquire a proclamação litúrgica da Escritura, graças ao fato de sua estreita conjunção com o Santo Sacrifício, e concluiu pela importância pastoral de uma pregação autênticamente bíblica.

Riquezas conservadas pela Igreja do Oriente: proximidade do testemunho apostólico, sendo, senso do mistério em geral e do mistério pascal em particular, foram muito bem focalizadas por Dom Olivier Rousseau, do Priorado de Chevetogne, guardaríamos talvez certa reserva na apreciação das vantagens reais que possa trazer à unidade católica a multiplicidade das liturgias nacionais.

Com a conferência do Cardeal Gerlier começou a série dos estudos que deviam seguir, passo a passo as principais reformas litúrgicas de PIO XII. A questão das rituais belingues foi, a princípio, estudada em seu desenvolvimento histórico que revelou o aspecto tradicional do uso da língua vulgar na catequese dos sacramentos, assim como, em geral, no trato pessoal da Igreja com indivíduos (o consentimento matrimonial, por exemplo, foi sempre e em tôda a parte, pedido e expresso em língua vulgar!), enquanto a

Igreja conserva ainda, sem exceção, o latim para tudo o que se relaciona com a forma dos sacramentos pronunciada pelo padre. O Cardeal passou em seguida em revista os diversos rituais nacionais permitidos pela Santa Sé, analisando e comparando suas respectivas composições, formulando, de passagem, votos — e a hipótese nadá tem de quimérica — para que nunca possa um fiel ser constrangido, na ocasião de receber os sacramentos, a ouvir ou empregar uma língua nacional que lhe causasse aversão. Sublinhou, com inteira razão a absoluta necessidade de se manter, em todos os livros litúrgicos, o texto latino em face à tradução.

Ao mesmo tempo que agradecia ao Santo Padre as concessões, cada vez maiores, tão benévola e concedidas nêsse setor, advertiu, entretanto, os Pastores de não se considerarem dispensados, pelo emprêgo destas traduções, do uso da insubstituível catequese, próxima e remota, com a qual tanto contava o Concílio de Trento, para proporcionar aos fiéis uma recepção mais frutuosa dos sacramentos, — assim como a leitura e a frequente meditação do Ritual romano, dos quais os rituais belingues são sômente extratos.

Sôbre as vantagens pastorais das missas à tarde e do mitigamento às leis do jejum eucarístico, fêz Monsenhor Garonne, arcebispo coadjutor de Toulouse, relatório por todos recebido com aplausos e admiração. Timbrou êle em mostrar nestas reformas a sabedoria maternal aliada à proverbial prudência da Igreja e com um tato inexcedível, apoiando-se nesta sabedoria e prudência, sugeriu algumas simplificações e na atual legislação canônica atinente a estas questões.

Falou, em seguida, o Revmo. P. Antonelli, Relator Geral do S. Congregação dos Ritos, sôbre a reforma da Semana Santa, primeiro passo no caminho da reforma geral, e salientou os resultados extremamente encorajadores dela provindos em todos os países do mundo e em confiança, relatou ao Congresso alguns votos dirigidos pelos bispos à Congregação para que se levasse definitivamente a têrmo a referma do programa litúrgico desses dias sagrados.

Cabia ao Cardeal Lercaro, Arcebispo de Bolonha, falar em último lugar sôbre a simplificação das rubricas, primeira medida para uma reforma do Breviário, e êle o fêz com aquela vivacidade entremeada de **humour** com a qual conquista sempre os corações.

Mostrou, de início, a nenhuma razão para escândalo nas recentes simplificações e nas reduções pelas mesmas ocasionadas; evocou, depois, as possibilidades — mais ou menos próximas — de adaptações felizes introduzidas no breviário romano para pô-lo mais de acôrdo com as atuais condições de vida do clero secular. Só podemos enumerar os pontos principais em questão:

revisão do calendário e transferência de certas atividades de santos, para dar-se aos tempos litúrgicos (principalmente a Quaresma), todo o relêvo que merecem;

divisão de Saltério — que continua evidentemente a base do Offício divino — para mais de uma semana; isto permitiria, pela redução de matinas, repetir cada dia, nas Horas Menores e em Completas, os mesmos salmos, como é de uso no Breviário Monástico (daí possibilidade de recitá-los de cor e "na hora");

distinção entre recitação coral, em comum, e recitação individual, quando certos elementos especificamente corais poderiam tornar-se facultativos (tal como já se faz para o duplo **Confiteor** e o **Martirologio**);

no ofício da noite, revisão do lecionário, tanto bíblico como patuístico; quanto ao histórico, comentou o Cardeal com muita finura, após ter atra-

CONGRESSO DA PASTORAL LITÚRGICA

vessado fase crítica e hipercrítica, parecia encaminhar-se agora para um *stato quo*... De qualquer forma, a redução de Matinas deveria proporcionar aos sacerdotes tempo para uma meditação intimamente ligada aos textos litúrgicos lidos no breviário, particularmente com as homilias patrísticas dadas em mais amplas e completas perícopes;

para instrução dos fiéis, convidados a frequentar as Vésperas Paroquiais, poderia ser o capítulo desta Hora substituído por uma leitura mais extensa da Escritura, se conveniente, em língua vulgar, o que nos parece perfeitamente normal.

volta à versão antiga e autêntica dos Hinos, já que os revisores de Urbano VIII só nêles introduziram preciosismo e obscuridade;

repôr o **Pater**, a oração cristã por excelência, no próprio centro de cada Hora, como no Breviário monástico;

enfim, "num século marial como é felizmente o nosso" disse o Cardeal, pareceria indicado conservar no Breviário a antifona marial do tempo, ao menos duas vezes ao dia; à tarde, como atualmente, em Completas, e pela manhã, talvez no fim de Laudes.

Após êste conjunto de conferências que constituem magnífica homenagem à obra litúrgica de Pio XII, devemos citar algumas intervenções que, embora não lhes negando mérito, pareceram-nos entretanto, em certas passagens pelo menos, afastar-se algum tanto da orientação geral que o Cardeal Prefeito entendera dar ao Congresso em seu discurso inaugural.

Assim o R. P. Jungmann, certamente de erudição substancial e muito bem informada mas de certo modo tendenciosa, quando, em defesa de sua tese, (de título aliás ambíguo: **Pastoral, chave da história litúrgica**), declarou que, na idade de ouro da Igreja, só a liturgia supria a tudo, e que a catequese acrescentada depois aos próprios textos litúrgicos, era então praticamente desconhecida ou pelo menos muito limitada, pois, então, só o Bispo falava. Tivemos prazer em ouvir o R. P. Roquet, diretor do C.P.L., emitir opinião diversa (numa comunicação pequena e deliciosa, perfeita no bom e no conteúdo, sobre **A Pregação e a Liturgia**), citando a obra imensa de Santo Agostinho, príncipe da pastoral litúrgica. Certamente inclue-se bem na liturgia a homilia pregada pelo Bispo mas é cousa inteiramente diferente de uma simples leitura determinada, de antemão, pelos textos litúrgicos. Não podemos igualmente aceitar, sem fortes reservas, o supredente paralelo estabelecido pelo P. Jungmann entre Pio XI, que teria tido razão, segundo êle, de abandonar (?) o poder temporal da Santa Sé, nocivo aos interesses espirituais da Igreja, e seu sucessor Pio XII, que salva os mesmos interesses abandonando progressivamente o latim, verdadeiro "muro de brumas" que depara os fiéis da liturgia.

A conferência de Monsenhor Stohr, bispo de Mogúncia, sobre a Encíclica **Musicae Sacrae**, encarava perspectivas numerosas requerendo, a nosso vêr, uma síntese que procurasse solucionar as aparentes contradições. Talvez seja melhor esperar ter o texto em mãos para apreciá-lo detalhadamente.

Não poderemos admitir, entretanto, que a fórmula atualmente tolerada para a "Missa solene alemã" (Próprio em latim e ordinário em paráfrases alemã) seja a fórmula ideal para o futuro; nem mesmo para o presente é a fórmula desejada por inúmeros pastores que consideram, com razões muito diminutas as vantagens da tradução do ordinário. Aliás, em tôdas as tentativas (ilegítimas) de missas solenes com cantos francêses, de que tivemos conhecimento, é bem o Próprio, evidentemente, variável todos os domingos, que foi traduzido, enquanto era, quase sempre, conservado o ordinário em latim.

Seguiu-se a esta conferência uma comunicação latina de Monsenhor Romita, infelizmente concisa demais, na qual o eminente especialista em legislação litúrgico musical, teve de limitar-se a resumir as conclusões — referentes ao caso dos novos ofícios — de um estudo sôbre o problema da língua litúrgica, segundo as diretivas da Enciclica *Musicae Sacrae*.

Restam três conferências, tôdas três, por razões diversas, reivindicando mais diretamente a extensão do uso da língua vulgar na liturgia solene. Tratando-se de leituras bíblicas achamos perfeitamente justa a aspiração e não nos parece haver a Santa Sé jamais recusado esta concessão aos bispos que até agora a requereram. Mas no caso de outros bispos não acharem a coisa viável e, por conseguinte, não a requererem, terão, por certo, razões plausíveis que a Igreja respeita, não tornando, portanto, esta concessão, regra geral. Se tratar-se, porém, de *Cantos Coletivos*, a Enciclica *Musicae Sacrae* encerrou a questão, afastando de maneira geral, o canto em língua vulgar da liturgia solene e parece-nos um pouco cedo para tentar abrir portas, que, com pleno conhecimento de causa, acabam apenas de serem fechadas. Se tratar-se das orações do celebrante (orações, canon, *Pater*, etc.), aí então a frase definitiva do Santo Padre a respeito, afasta qualquer interesse ao exame que pudéssemos fazer dessas reivindicações.

Assinalemos simplesmente que a comunicação redigida por Monsehor O'Hara, arcebispo-bispo de Kansas City (E.U.A.), falecido súbitamente quando se dirigia a Assis, expressava ao Congresso os votos da "Vernacular Society", associação americana fundada para trabalhar pela extensão da língua vulgar na liturgia, e cujo órgão, curiosamente intitulado "Amen", leva seu zêlo a ponto de fazer companhia contra o ensino das línguas antigas nas escolas públicas!

Quanto aos relatórios de Monsenhor Spülbeck e de Monsenhor van Bakkum, não fizeram mais do que repetir aquilo que já havia sido dito por Monsenhor Weskamin, bispo de Berlim, em Lugano; expuseram dois casos particulares: diocese da Igreja do Silêncio onde o ensino religioso está estritamente reduzido às cerimônias litúrgicas, e país de missão, onde a comunidade cristã está ainda em formação. Devemos concluir destes exemplos bem reais e profundamente comoventes, porém, na realidade excepcionais, que a generalização do uso da língua vulgar seja uma necessidade universal da Igreja?

Tal conclusão ultrapassaria de muito suas premissas.

Aliás, estes casos, inteiramente fora do comum e dignos do maior interesse, devem ser debatidos diretamente entre os bispos perseguidos ou os vigários apostólicos e a Santa Sé:

Não vemos o que teriam a lucrar ao serem levados perante o tribunal totalmente incompetente de um Congresso internacional de liturgia.

CONCLUSÃO

Recebido em audiência privada em Castelgandolfo, segunda-feira, 24 de setembro de 1956, S. Emcia. o Cardeal Gerlier assegurou ao Santo Padre que este Congresso, indiscutível demonstração do zêlo sacerdotal pelo bem das almas, daria frutos de obediência. Queremos igualmente esperá-lo, por serem tais frutos o mais proveitoso resultado que desta reunião se poderia desejar.

Uma recente expressão do Santo Padre fornece-nos fecho de ouro para o ligeiro apanhado acima relatado:

CONGRESSO DA PASTORAL LITÚRGICA

“A Igreja escuta sua época, disse êle, e os fiéis devem escutar a Igreja”. A bem dizer, para escutar sua época no que concerne aos problemas litúrgicos, não faltam ao Pastor supremo e àqueles que lhe estão associados no encargo de velar pela liturgia católica, fontes de informações, mesmo sem contar com os Congressos internacionais de liturgia. Se, entretanto, condescende a Igreja docente dêstes Congressos, pôr-se à escuta da Igreja discente, pensamos não ser vã arqueologia inspirar-se então na fórmula litúrgica do Pontifical (6) que fixa a cada um, em tal encontro, seus deveres e seus direitos:... **pro Deo et propter Deum exeat et dicat veruntamen memor sit conditionis Suae**. Tudo se fará então em ordem, contribuindo para a obra única que deve realizar tôda a Igreja: a glória de Deus pela santificação das almas.

(6) Ordenação dos diáconos e dos sacerdotes.



ESCLARECIMENTOS PEDIDOS

59. — O EPISEMA HORIZONTAL: Entre os sinais rítmicos de Solesmes, o episema horizontal é um dos menos tratados, entretanto, muito se pode falar sobre êle. Na verdade, é o único sinal que se encontra tal qual nos manuscritos; por isso, não precisa ser justificado, e também por isso, talvez, tão pouca preocupação tem suscitado seu papel no canto.

Apresenta grande número de aceções diversas, o que lhe traz interpretação um tanto difícil.

Os antigos, contentavam-se com uma notação muito rudimentar para a transmissão de suas melodias; não sentiam também a necessidade de usar de sinais distintos para diferenciar tôdas as nuances. Serviam-se para isto, só da ordem quantitativa, marcando com um mesmo sinal de alongamento tôdas as variações de expressão por diferentes que fôsem. De fato, da mesma maneira que os neumas "in campo aperto", o episema dos manuscritos não passava realmente de um lembrete que se devia completar pela tradição oral. Mas, como esta tradição oral se interrompeu para nós há longos séculos, o sentido dos episemas tornou-se agora bastante difícil de ser determinado com exatidão. Sua presença supõe, indica alguma coisa a fazer; mas para definir com precisão o que se deva fazer, só temos um recurso: entregarmo-nos a estudo minucioso do texto e da melodia, ajudados por informações paleográficas e à luz dos grandes princípios musicais, estéticos e religiosos, que presidem em todo tempo e a tôda música.

Este método, sem dúvida, não nos põe a par de tôdas as finuras da execução primitiva; mas pode bastar para indicar-nos os princípios de uma execução correta, que não entravará nem a expressão nem o ritmo, mas orientará e matizará a interpretação do canto. (Note-se bem que a expressão e o ritmo não devem ser entravados pelo modo de executar-se o episema; êste é fator de beleza na interpretação do canto e não de peso e parada do movimento).

Definamos, primeiro, as relações exatas do episema com o alongamento e com o ritmo; em seguida procuraremos mostrar seu papel na interpretação do canto.

I

O EPISEMA E O ALCONGAMENTO

1.º Princípio.

Em si, o episema é antes de tudo um sinal de expressão; não é, em si, um sinal de alongamento.

O alongamento (alargamento) que se usa na execução da nota ou dos grupos episemáticos é apenas um meio, como outro qualquer, para significar esta expressão.

Não podemos deixar de reconhecer que seja um meio de feliz escolha, pois, na verdade, a expressão se traduz sempre por certo alargamento do tempo. O alongamento, em si, puro e simples, não é o fim imediato do episema: é uma consequência necessária, que completamente anulada, seria lastimável, pois se suprimiria, *ipso facto*, a expressão, efeito, próprio do episema.

ESCLARECIMENTOS PEDIDOS

Praticamente, é vantajoso cantar, levando em conta, como objetivo, o lado positivo do seguinte princípio, que é o **primeiro**:

O episame é um sinal de expressão,

e não se deve levar em conta seu aspecto negativo:

O episema não é sinal de alongamento. (1)

O perigo a evitar será, portanto, o de um alongamento puramente material, que não só expressão alguma traria, mas, pelo contrário, mataria completamente a expressão.

2.º Princípio.

Quando o episema serve para determinar uma cadência, é puramente um alongamento.

Neste caso, pelo contrário, ao episema não se pode atribuir valor algum expressivo: indica apenas alongamento (alargamento).

a) **Cadência de uma só nota.** Sabemos que existe em gregoriano, um sistema de pontuação musical que corresponde à hierarquia rítmica das frases, dos membros de frases, dos incisos, das palavras melódicas.

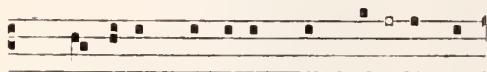
Este sistema utiliza o episema para marcar as menores pausas possíveis que correspondem aos incisos: (cf. 1.º Livro de Canto Gregoriano — Ir. Marie-Rose — pág. 54 em baixo, 1.ª Edição, último exemplo). O valor desta cadência é relativo; é difícil dar-lhe uma medida absoluta e imutável, pois deve ser proporcionada às outras cadências; e estas também dependem da importância da peça, de sua extensão, de seu movimento geral, enfim de uma série de fatores muito variados e muito diversos. Cf. figura abaixo palavra **ejus**.

7. 
C Antate Dómino * cánti cum

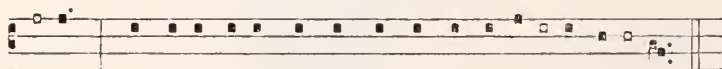


nó-vum: laus é-jus ab extrémis térræ.

Psaume 150.



1. Laudáte Dóminum in sánctis é-



jus: * laudáte é-um in firmaménto virtú-tis é- jus.

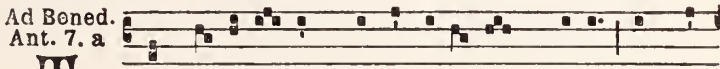
Praticamente, o episema pode pedir até que se dobre a nota de cadência; pode também ser menos longo; mas, neste último caso, evite-se encurtá-lo demais e sobretudo precipitá-lo sobre o que segue, sob pretexto

E S C L A R E C I M E N T O S P E D I D O S


de não alongá-lo tanto quanto o ponto-mora. As distinção entre os dois — o episema horizontal e o ponto-mora — não é, aliás, tão rigorosa que não se possa empregar indiferentemente um pelo outro. Assim é que o ponto-mora substitui regularmente o episema horizontal cada vez que a nota da cadência deva ser seguida imediatamente pelo ictus; e, visto como de outro lado, êstes dois sinais **sempre** são a tradução do mesmo episema dos manuscritos, não se seja escrupuloso demais neste assunto. Cf. o exemplo dado adiante em c) — virga pontuada do 2.º Alleluia.

b) **Cadência de duas notas.** Igualmente, quando o episema horizontal afeta as duas notas de um podatus ou de uma clivis de cadência, não se tema estender o alongamento à segunda nota do grupo, mesmo que nela recaia o ictus rítmico. Com efeito, é muito fácil escorregar nesta segunda nota quando se quer observar estritamente o ritmo; é melhor arriscar-se a transformar o ritmo do que dar impressão de precipitação. Cf. Credo VI, que apresenta muitas vezes êste caso. — A Ant. do Magnificat **Stans autem Jesus** (clivis da palavra **Jesus** que deve ser dobrada nas duas notas). — O Ofertório do I Domingo da Quaresma, palavra **ejus**. — O ex. abaixo, à silaba *cti* da palavra **clecti**: podatus episemático nas duas notas diante de uma barra:


Ad Boned.
Ant. 7. a



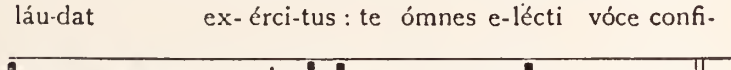
E glo-ri-ó-sus * Apo-sto-ló-rum 'chórus, te Pro-



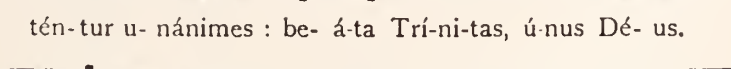
phe-tá-rum laudá-bi-lis númerus : te Mártyrum candidá-tus



láu-dat ex-érci-tus : te ómnes e-lécti vóce confi-



tén-tur u-nánimes : be-á-ta Trí-ni-tas, ú-nus Dé-us.



E u o u a e.

c) **Torculus de cadência.** Muitas vèzes a cadência espondáica comum (dois **punctum** pontuados, cf. a palavra **Deus** cadência final do exemplo acima), encontra-se ornada por um torculus episemático nas três notas, que substitui o primeiro punctum pontuado. Cf. a figura abaixo, à palavra **alleluia**, da cadência final, silabas **lu-ia**:

ESCLARECIMENTOS PEDIDOS



Trata-se, portanto, de simples bordadura que desenvolve musicalmente o impulso ársico desta nota: é com o último salto da voz antes de pou-
sar definitivamente.

O que seria de má execução é cantar estas três notas pesadamente como se cada uma levasse um ictus. Pelo contrário, todo o peso do alongamento se fará sentir sobre a primeira, sendo as duas outras simplesmente arredondadas, beneficiando do peso da primeira.

d) **Fórmulas de cadência.** Encontra-se enfim este episema nas fórmulas-tipos que servem para terminar certas peças. Neste caso o episema serve para indicar o ralento natural que deve preceder a nota final. Cf. o Responso **Emendemus**, nas palavras **noster** e **filio**. (Quarta feira de Cinzas). — No Ofertório **Exaltabo te**, na cadência **ad te** (mesmo dia). — Introito do II Domingo da Quaresma, cadência final, palavra **nostris**, sílaba **no**. — Gradual **Ex Sion** do II Domingo do Advento, cadência final, palavra **ordinaverut**. — Comunhão do III Domingo do Advento, cadência final da peça, sílaba **bit**. — II Responso do I Noturno de Matinas do Natal **Hodie nobis**, cadência final, palavra **caeli**: em tais fórmulas de cadência deve-se alargar a nota de cume (si) do **scandicus subpunctis resupinus**.

Note-se bem: em todos estes exs. trata-se da posição dos cumes melódicos nas **fórmulas da cadência**. O episema colocado nesta nota culminante do grupo serve como que de ferrôlho de segurança para cada um dos pontos rítmicos importantes, impedindo, assim, o canto de escorregar depressa demais, e para como que **escandir** o ralento final, dando-lhe sólidos pontos de apóio.

3.º Princípio.

A influência do episema não é, em geral, estritamente limitada às notas que afeta.

Quando uma clivis ou um podatus trazem um episema sobre a primeira nota, é anti-musical esforçar-se por retomar o **tempo** logo à segunda nota do grupo. Aliás, certos manuscritos nos dão uma preciosa indicação deste fato, empregando, para traduzir o episema de St. Gall, o processo da desagregação dos neumas. Esta desagregação consiste em escrever separadamente as notas que formam ordinariamente uma única figura melódica:

ESCLARECIMENTOS PEDIDOS

Vaticana
Ed. de Solesmes
1911

Qui sedes Dómi- ne, sú- per Ché- ru- bim

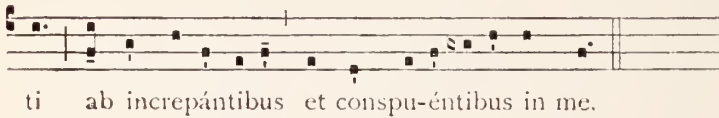
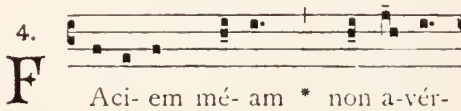
St. Gall 359	
St. Gall 339	
Einsied. 121	
Laon 239	
Chartres 47	

Conferir o ex. acima que indica o primeiro manuscrito de Canto Gregoriano encontrado no século IX, de St. Gall, n.º 359. Vê-se claramente que o efeito do episema se estende ao neuma todo inteiro e parece mesmo até, seguindo-se a notação material, que não há preferência alguma por uma ou outra das notas do grupo.

ESCLARECIMENTOS PEDIDOS

Todavia, como veremos adiante quando tratarmos do episema e do ritmo, é mesmo a nota íctica que leva o péso principal do alongamento, sendo que as outras notas **participam**, mais ou menos, dêste alongamento.

Praticamente, trechos como os que seguem, devem ser cantados num grande **cantando** muito expressivo, que envolverá tóda a linha melódica, sem todavia suprimir-lhe a ossatura rítmica. O movimento não deve sofrer solução de continuidade:



Cf. também Ant. **Spiritus Domini** das II Vésperas de Pentecostes, palavras **replevit orbem** e Comunhão Tólite em **adoráte Dominum**.

(Continua)

(1) O Prefácio do **Antifonário Monástico** diz, com efeito, que as notas afetadas pelo episema devem ser "**paululum producendas**". E a expressão "**quin duplicentur**", entenda-se que a intenção dos redatores era acrescentar a palavra "necessário": "**quin necessário duplicentur**", o que dá margem!...

VIDA DO INSTITUTO PIO X

1. Reabrem-se as aulas dia 15 de março, às 8h30; sábado, 16, às 14h., o 1.º ensaio com D. João Evangelista, O.S.B.:
2. a primeira **Manhã de Formação** será dia 2 de abril:
às 7h30 — **Missa cantada**, café e às 9h — **Círculo de estudos litúrgicos**. Não só devem a ela comparecer os alunos do Instituto, mas estende-se o convite a tôdas as pessoas que se interessarem.
3. Não foi possível à autora do 2.º **LIVRO DE CANTO GREGORIANO** e dos **ESCLARECIMENTOS PEDIDOS** preparar assunto para o presente número de nossa **REVISTA**. Desculpem-na. Será para o próximo, se Deus quiser.
4. Esperamos que os interessados se manifestem, conforme foi pedido na **REVISTA** n.º 19, pag. 44, sôbre o local a ser escolhido para a **SEMANA de ESTUDOS GREGORIANOS**, em julho próximo, 2.ª quinzena.



O Movimento Litúrgico

«Sinal providencial dos tempos presentes,
passagem do Espírito Santo na Igreja»

FOI assim que o Papa disse. E, assim o dizendo, aceitou um facto e o consagrou. Bendito Deus !

SINAL DOS TEMPOS — que são tempos de revolta contra o convencional, de repulsa pelo factício, pelo insincero; tempos de insatisfeitas aspirações, de leigos que tomam consciência do seu “genus electum, regale sacerdotium” e de ministros do altar que franqueiam a balaustrada e vão auscultar o sentir da “plebs sancta”, crentes na Igreja hierárquica e, ao mesmo tempo, una e santa; tempos em que o anti-Cristo “se levanta contra tudo que se chama Deus ou é objecto de culto” e apoda a religião de conceito burguês, ultrapassado, feita para os “instalados na vida” receosos que o benefício acabe, e não para as massas que nada tem que perder, nem que esperar. Isso, e mais e mais. O Movimento Litúrgico, começado talvez com incompleta visão do seu imenso alcance pastoral, cada vez se vai colocando mais ao serviço da grande preocupação da Igreja: instaurar no mundo desorientado a mentalidade cristã, única que o pode salvar do desespero e da ruína.

SOPRO DO ESPÍRITO — Como sobre o caos primitivo da criação, passa o Espírito de Deus pelo mundo de agora na “mensagem” sempre actual da Santa Igreja, acordando gérmens de vida sopitados. E é uma primavera de eclosões admiráveis, uma Páscoa (“Phase, id est transitus Domini”) de ressurreições multiformes, comunicando a uma época de desesperada tristeza a euforia letificante do reencontro de perdidos caminhos de felicidade.

Quem ousaria dizer tanto? E o Padre Santo disse.

E, precisamente, corrigindo abusos, apontando desvios, profligando erros, o Papa prova quanto está convencido da providencialidade do Movimento e da intervenção directa de Deus em o suscitar.

(Transcrito de “Ora et labora”)

NINGUÉM AMA O QUE NÃO CONHECE.

PROCURE CONHECER MELHOR A DEUS,
E MAIS O AMARÁ.

**“ P E R G U N T E
E
R E S P O N D E R E M O S ”**

Com êste título abre-se uma Caixa Postal destinada a fornecer esclarecimentos sôbre assuntos filosóficos e religiosos.

As respostas estarão a cargo de D. Estêvão Betencourt O.S.B. e serão publicadas em fôlhas anexas à REVISTA GREGORIANA do Rio de Janeiro (Rua Real Grandeza 108).

Cada autor de questão será atendido direta e gratuitamente: queira, pois, indicar o respectivo enderêço e pseudônimo.

“ PERGUNTE E RESPONDEREMOS ”

Caixa Postal 2666

Rio de Janeiro

Instituto Pio X do Rio de Janeiro

RUA REAL GRANDEZA, 108 — TEL. 26-1822

B O T A F O G O

**CURSOS: LITURGIA — CANTO GREGORIANO —
SOLFEJO E SOM — IMPOSTAÇÃO DA VOZ — LATIM
— HISTÓRIA DA MÚSICA — DICÇÃO.**

M A T R Í C U L A S A B E R T A S

LOCAL DAS AULAS:

RUA REAL GRANDEZA, 108 — BOTAFOGO, NO

"CENTRO SOCIAL FEMININO".

NA RUA SÃO JOSÉ, 90 — 21.º ANDAR

**CONFEDERAÇÃO CATÓLICA ARQUIDIOCESANA,
onde mantém um curso para vozes masculinas também.**

ASSINATURA DA REVISTA GREGORIANA

1. Consultamos nossos caros assinantes sobre a possibilidade do aumento da assinatura, que passaria de Cr\$ 50,00 para Cr\$ 70,00 — e Cr\$ 80,00 para o estrangeiro. Caso estejam de acôrdo, queiram já fazer vigorar êste preço desde 1957. Muito gratos.

2. Precisamos de quem nos auxilie na divulgação das Edições desta Revista. Façam suas propostas.

3. As SEPARATAS que acompanham a REVISTA GREGORIANA podem ser adquiridas avulsas, também.

A REDAÇÃO

SEMANA SANTA

DISCO Long-play

(RCA VICTOR)

Côro do

Institute Pio X

Regente: D. João Evangelista Enout, O. S. B.

Cr\$ 300,00, mais o porte.

Distribuidora: Confederação Católica Arquidiocesana
Rua S. José, 90 — 21.º andar — Rio

ARTES GRÁFICAS
E M G E R A L

PONTUALIDADE
N A S E N T R E G A S

Emprêsa Editora Carioca Ltda.

Av. Guilh. Maxwell, 583-A

Telefone 30-7896

B O N S U C E S S O

R I O D E J A N E I R O

E' a Editora de "nossa" Revista Gregoriana

Na **COLEÇÃO PIO X**, n. VI, o Instituto Pio X do Rio de Janeiro apresenta o **PLANO de LEITURA da SAGRADA ESCRITURA** organizado por M. Marie de la Trinité o. p., com adaptação e explicações de D. Estêvão Bettencourt O.S.B.

Apresentação em 15 fichas, num envelope — (20.000).

NATAL		
dez.	Romanos	
25	1 - 2	2
26	3 - 4	2
27	5 - 7	3
28	8 - 9	2
29	10 - 11	2
30	12 - 14	3
31	15 - 16	2
jan ^o	1 Cor.	
1	1 - 3	3
2	4 - 7	4
3	8 - 10	3
4	11 - 13	3
5	14 - 16	3

O tempo que decorre desde Natal até o domingo da Septuagésima é consagrado à reflexão sobre o dom da Encarnação. Em vista diste, recorremos às epístolas de São Paulo, que desvendam aspectos do tema "Cristo em nós e nós em Cristo" (cf. Rom 6,11 e Gál 2,19s).

São Paulo não foi companheiro de Cristo peregrino na terra; provavelmente nunca viu o Mestre na carne mortal. Começou a conhecer o Senhor depois da Ascensão, quando, já glorificado, prolongava de modo misterioso ou místico sua presença no seu Corpo que é a Igreja (cf. Col 1,24). Por conseguinte, a doutrina do Corpo Místico marca profundamente a concepção cristã de São Paulo. O que o Apóstolo explica não é tanto a vida mortal de Cristo, mas o desdobramento dessa vida e de seus mistérios através dos séculos; Paulo dá a ver que Aquêlê que, tomando a natureza de Adão, se deixou conter pelo espaço e o tempo, agora abraça todos os espaços e tempos, pois é o Senhor e Cabeça.

O plano distingue, depois de Natal, um primeiro período até 13 de janeiro (oito dias após a Epifania), em que ressoam ainda vivamente os ecos da Natividade. Essas três semanas, de

O plano distingue, depois de Natal, um primeiro período até 13 de janeiro (oito dias após a Epifania), em que ressoam ainda vivamente os ecos da Natividade. Essas três semanas, de

<p style="text-align: center;">DEPÓSITOS:</p> <p style="text-align: center;">Instituto Pio X do Rio de Janeiro Confederação Católica Arquidiocesana R. Real Grandeza, 108 - Botafogo - Rio R. São José, 90 - 21.^o and — Rio Livraria "Lumen Christi" Mosteiro de S. Bento — Rio — C. Postal 2.666</p>	<p style="text-align: center;">LEITURA QUOTIDIANA</p> <p>Colunas:</p> <p>1 — data da leitura; 2 - capítulos para ler; 3 - n.^o de capítulos por dia.</p>
<p>Imprimatur : 26 nov. 1956 Mons. Caruso Vigário Geral Rio de Janeiro</p>	<p style="text-align: center;">ORDEM DOS LIVROS</p> <p>A ordem dos livros segue, o mais perto possível, a da liturgia.</p> <p>Quando o plano dela se afasta é para:</p> <p>1. dar lugar aos livros que não são usados na liturgia quotidiana; êstes livros vão sublinhados;</p> <p>2. assegurar a mesma proporção de leitura por dia, conforme os gêneros.</p>

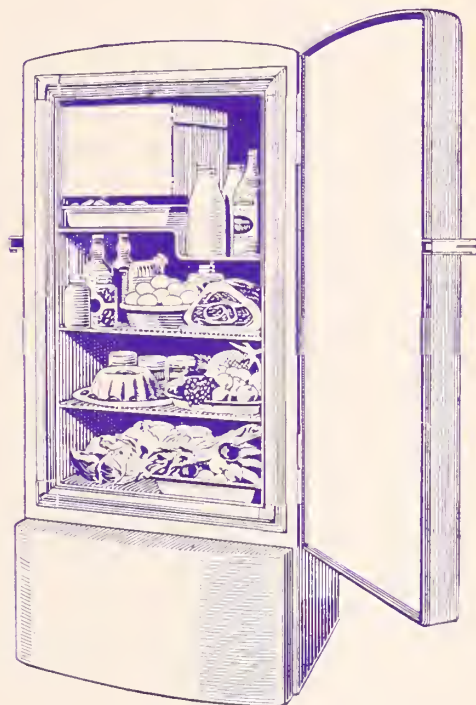
Refrigeradores

Climax

para o conforto no lar!

Agora, equipados com o novo compressor P-91, fabricado sob licença da Tecumseh Products Co., o refrigerador Climax dá maior rendimento com menor consumo

O novo compressor garante funcionamento perfeito e silencioso



fabricados e garantidos pela IND. PEREIRA LOPES S/A
S. Carlos - Est. S. Paulo

DISTRIBUIDORES EXCLUSIVOS:

Para o Estado de São Paulo e a Sul:

Isnard & Cia. S.A.
COMÉRCIO • INDÚSTRIA

Av. São João, 1140 • Tel 35-4151 • São Paulo

Para o norte:

J. Isnard s.a.
COMÉRCIO • INDÚSTRIA

Rua Buenos Aires, 113 • Rio de Janeiro



COMPRESSOR P-91

BEATUS VIR
BENEDICTUS

plus appetiit mala mundi perpeti

quam laudes;

PRO DEO

laboribus fatigari, quam

vitae hujus favoribus extolli.

For use in Library only

Princeton Theological Seminary Library



1 1012 01459 9213

1890

